

Plano de Atividades

2015

Serviço de Intervenção nos
Comportamentos Aditivos
e nas Dependências


HOMOLOGO
08/07/2015

Fernando Leal da Costa
Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

SICAD - PLANO DE ATIVIDADES 2015

Ficha Técnica

Título: Plano de Atividades 2015

Autoria: Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD)

Coordenação: Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional

Participantes:

Direção de Serviços de Monitorização e Informação (Divisão de Estatística e Investigação e Divisão de Informação e Comunicação);

Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (Divisão de Intervenção Terapêutica e Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária);

Divisão de Gestão de Recursos;

Divisão de Relações Internacionais;

Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional; Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência;

Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação;

Assessorias.

Morada: Av. da República, n.º 61 – do 1.º ao 3.º e do 7.º ao 9.º, 1050-189 Lisboa

Edição: 31-03-2015, Lisboa

Índice

1. Nota Introdutória.....	5
2. Missão, Atribuições, Valores, Visão e Política de Qualidade.....	7
3. Estrutura Orgânica.....	9
4. Principais Parceiros	10
5. Metodologia de Elaboração do Plano.....	11
5.1. Apresentação das Atividades por Unidade Orgânica	12
5.2 Contribuições para as Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde	14
6. Enquadramento Estratégico	15
6.1 Análise e diagnóstico Estratégico.....	15
6.1.1. Análise PEST - <i>Political, Economical, Social and Technological</i>	15
6.1.2. Análise de Stakeholders.....	16
6.1.3. Análise SWOT.....	17
6.2 Opções Estratégicas do SICAD	19
7. Objetivos e estratégias	21
7.1 Formulação e Análise dos Objetivos Estratégicos do PE.....	21
7.2. Mapa Estratégico	23
7.3. Objetivos Operacionais e o seu impacto nos Objetivos Estratégicos	25
8. Atribuições, objetivos operacionais e atividades planeadas por Unidade Orgânica 27	
8.1 Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)	27
8.1.1. Atribuições da Unidade Orgânica	27
8.1.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional.....	29
8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015.....	35
8.2. Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI)	45
8.2.1. Atribuições da Unidade Orgânica	45
8.2.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional.....	46
8.2.3. DMI - Direção de Serviços de Monitorização e Informação - Objetivo comum à DEI - Divisão de Estatística e Investigação e à DIC - Divisão de Informação e Comunicação - Ficha de Atividades 2015.....	54
8.2.4. DEI - Divisão de Estatística e Investigação - Ficha de Atividades 2015.....	55
8.2.5. DIC - Divisão de Informação e Comunicação - Ficha de Atividades 2015....	58
8.3. Divisão de Gestão de Recursos (DGR).....	59
8.3.1. Atribuições da Unidade Orgânica	59

8.3.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional.....	60
8.3.3. DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2015.....	62
8.4. Divisão de Relações Internacionais (DRI)	66
8.4.1. Atribuições da Unidade Orgânica	66
8.4.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional.....	67
8.4.3. DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2015	72
8.5. Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO).....	79
8.5.1. Atribuições da Unidade Orgânica	79
8.5.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional.....	80
8.5.3. EMPECO – Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2015.....	84
8.6. Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI).....	89
8.6.1. Atribuições da Unidade Orgânica	89
8.6.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional.....	89
8.6.3 Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação - Ficha de Atividades 2015.....	90
8.7. Assessorias	93
8.7.1. Atribuições	93
8.7.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional.....	94
8.7.3. Assessorias - Ficha de Atividades 2015.....	95
9. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização 2015	96
10. Mecanismos de Coordenação e Monitorização do Plano de Atividades	102
11. Recursos Humanos e Financeiros	104
11.1. Recursos Humanos	104
11.2. Orçamento	106
11.2.1 Receita	106
11.2.2 Despesa.....	106
11.3. Recursos Tecnológicos	107
12. Siglas e Abreviaturas	109

1. Nota Introdutória

O Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD) assume-se como um serviço de referência na área dos comportamentos aditivos e dependências, garante do desenvolvimento de políticas e intervenções coerentes e consistentes, assentes numa forte componente técnico normativa, orientadora das práticas desenvolvidas pelos *stakeholders* públicos e privados com responsabilidades operacionais.

Com a plena assunção das atribuições em matéria de planeamento e acompanhamento de programas de redução do consumo de substâncias psicoativas e de outros comportamentos aditivos e dependências, o SICAD afirma-se a cada dia, com segurança, conhecimento e determinação, no quadro organizacional dedicado à redução dos comportamentos aditivos e dependências, ganhando paulatinamente competências e conhecimento nos novos domínios de ação, designadamente no âmbito das dependências sem substância.

O espírito pragmático, inovador, aberto à mudança, atento a velhos e novos problemas e realidades, associado à especialização, à vasta experiência, à plasticidade e à resiliência, caracterizam a cultura organizacional do SICAD, comum e partilhada por todos os colaboradores ao longo das últimas duas décadas, e que tem conduzido a resultados muito positivos patentes nos indicadores disponíveis. Estes fatores culturais e simbólicos, desenvolvidos ao longo dos tempos com impactos nos desempenhos individuais e organizacionais, têm constituído a nossa marca, que se revela determinante nos ganhos alcançados, no posicionamento e na avaliação do desempenho do serviço. Os cidadãos continuam a ser o foco da atuação do SICAD, apesar de grande parte do trabalho no terreno ser desenvolvido por parceiros estratégicos com matérias convergentes, nomeadamente os serviços hoje integrados nas Administrações Regionais de Saúde com quem mantemos uma dinâmica de parceria e articulação, de desenvolvimento de trabalho conjunto e em equipa, que invariavelmente resultam na prestação de serviços eficazes e de qualidade aos cidadãos. Essas dinâmicas são, aliás, comuns a muitos outros parceiros, quer do sector público, quer dos sectores social ou privado.

Este envolvimento, aliado à sistemática produção de conhecimento e à especialização e qualificação dos recursos humanos nas áreas de atuação, à gestão de sistemas de informação próprios, à dinamização da sociedade civil por via do incentivo ao desenvolvimento de respostas e serviços, à linha telefónica de ajuda de

aconselhamento e informação e à coordenação da rede da dissuasão, fortalecem o SICAD enquanto organização altamente produtiva e útil aos *stakeholders* que serve.

Desde 2013 que o planeamento anual do SICAD está balizado por orientações definidas e enquadradas num conjunto de instrumentos estratégicas, sobretudo o Plano Estratégico do SICAD. Na sequência de orientações da Tutela, em abril de 2014 apresentámos a reformulação do Plano Estratégico do SICAD 2013-2015, o que implicou prolongar o planeamento até 2016 e constituiu uma oportunidade para se reverem e ajustarem algumas dimensões deste plano, tornando mais evidente o alinhamento com o Plano Nacional de Saúde.

Este Plano Estratégico estabelece os vetores e objetivos estratégicos, os objetivos operacionais e os indicadores que, aliados às competências do SICAD, sustentam o planeamento anual, num contínuo coerente.

Para 2015 renovamos a nossa aposta na prestação de um serviço necessário, de qualidade, com eficiência e eficácia. Apesar dos constrangimentos organizacionais, de recursos humanos e financeiros, abraçamos com energia o propósito de dar resposta às necessidades dos serviços com quem trabalhamos e dos cidadãos por quem existimos.

As atividades que nos propomos desenvolver em 2015 encontram-se patentes nas páginas que se seguem; todas elas pretendem concorrer para o cumprimento do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020.

O acompanhamento e monitorização do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016 constituem igualmente tarefa prioritária, enquadrada no apoio ao Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

É com um entusiasmo renovado e amadurecido que em 2015 vamos dar continuidade à criação de condições para a prestação do serviço público reconhecido, que concorra inequivocamente para a redução dos comportamentos aditivos e dependências.

O Diretor-geral



João Castel-Branco Goulão

2. Missão, Atribuições, Valores, Visão e Política de Qualidade

O SICAD é um serviço central do Ministério da Saúde, integrado na administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, que tem por *Missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.*

Para o cumprimento da missão foram acometidas ao SICAD as seguintes atribuições:

- Apoiar o membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação;
- Planear e avaliar os programas de prevenção, redução de riscos e minimização de danos, de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, designadamente definindo normas, metodologias e requisitos a satisfazer para garantir a qualidade;
- Planear a intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, através de uma rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- Desenvolver, promover e estimular a investigação científica no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências e manter um sistema de informação sobre o fenómeno da droga e das toxicodependências;
- Desenvolver mecanismos de planeamento e coordenação efetivos conducentes à definição das políticas para as intervenções no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências;
- Efetuar diagnósticos de necessidades de intervenção de âmbito nacional, definir prioridades e o tipo de intervenção a desenvolver;
- Definir as linhas de orientação técnica e normativa para a intervenção nas áreas dos comportamentos aditivos e das dependências;

- Promover a formação no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- Assegurar a recolha, tratamento e divulgação dos dados e informação dos serviços públicos e das entidades privadas com intervenção no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- Assegurar a representação internacional, no domínio das suas competências e atribuições específicas, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, bem como garantir o cumprimento das obrigações enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependência do Observatório Europeu das Drogas e da Toxicodependência, em coordenação com a Direcção-Geral da Saúde, enquanto entidade responsável pelas relações internacionais do Ministério da Saúde;
- Prestar o apoio técnico e administrativo e garantir as infraestruturas necessárias ao funcionamento das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência;
- Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das dependências e comportamentos aditivos.

Sistematizando, apresenta-se a Missão, Visão, Política de qualidade e Valores do SICAD:

MISSÃO	Promoção da redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos, a diminuição das dependências	Humanismo Cooperação Transparência Inovação e Conhecimento Confiança
VISÃO	Constituir-se como entidade garante da sustentabilidade das políticas e intervenções, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências	
POLÍTICA DA QUALIDADE	Clientes satisfeitos Colaboradores envolvidos Processos inovadores Comunicação transparente Orientação para os resultados Responsabilidade social	

3. Estrutura Orgânica

A organização interna do SICAD obedece a um modelo estrutural misto, designadamente:

- O modelo de estrutura hierarquizada nas áreas de suporte;
- O modelo de estrutura matricial assente em equipas multidisciplinares, no desenvolvimento de atribuições, programas ou projetos de âmbito transversal.

As unidades orgânicas flexíveis e da estrutura matricial são¹:

A **Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)** com as seguintes divisões:

- Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT);
- Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC).

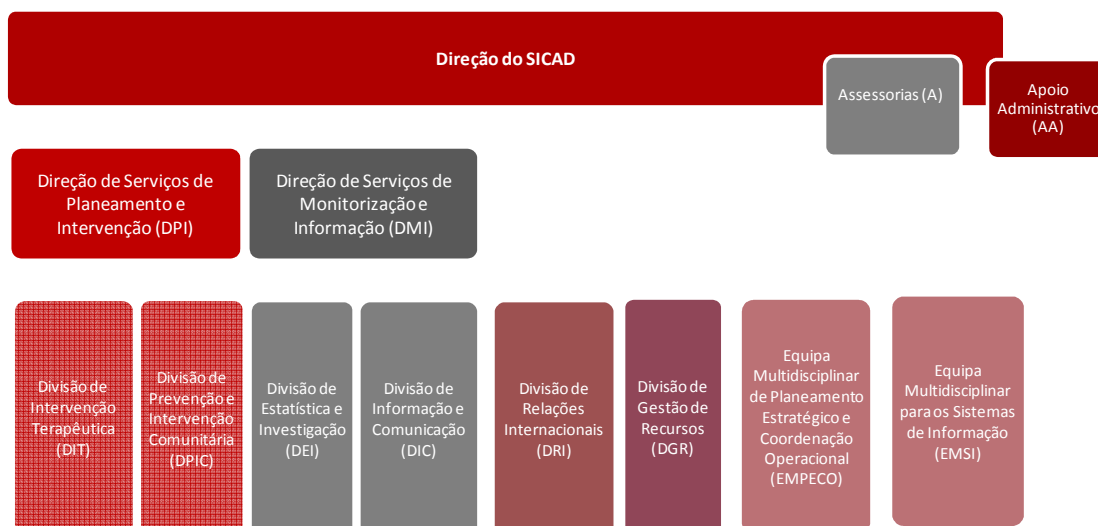
A **Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI)** com as seguintes divisões:

- Divisão de Estatística e Investigação (DEI);
- Divisão de Informação e Comunicação (DIC).

Na **dependência do Diretor Geral**, foram criadas as seguintes divisões:

- A Divisão de Relações Internacionais (DRI);
- A Divisão de Gestão de Recursos (DGR).

Na estrutura matricial foi criada a Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO), e em janeiro de 2014 foi criada a Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI)², ambas na dependência do Diretor-geral. Com funções de secretariado e de apoio administrativo à Direção foi criada uma área de Apoio Administrativo (AA) e serviços de assessoria (A).



¹ Cf. Despacho n.º 8816/2012, de 3 de julho de 2012;

² Cf. Despacho n.º 328/2014, de 8 de janeiro de 2014.

4. Principais Parceiros

Atendendo à natureza das atribuições do SICAD e ao facto de uma parte da componente operacional das políticas e intervenções em matéria de comportamentos aditivos e dependências estar nas Administrações Regionais de Saúde, I.P. (ARS), os parceiros estratégicos desta Direção Geral são as próprias ARS e a Direção Geral da Saúde.

A Tutela, a Coordenação Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, o Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência, ao enquadrarem politicamente a ação do SICAD constituem-se como parceiros cuja relação se gere em proximidade.

As Forças de Segurança e as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, estas últimas com ligação direta ao SICAD, asseguram de forma integrada a operacionalização da Lei nº30/2001 e o funcionamento do dispositivo da dissuasão, representando, por isso, parceiros com forte ligação ao SICAD.

A complementaridade, o alinhamento e a integração de respostas com as entidades privadas, conferem-lhes uma posição estratégica enquanto parceiros de relevo no desenvolvimento das políticas e intervenções.

Os cidadãos, enquanto clientes finais do serviço público, representam a razão de ser do serviço, competindo ao SICAD promover a criação de condições que respondam com qualidade às necessidades de que carecem.

Os profissionais, com o capital de conhecimento e experiência profissional que possuem, constituem os parceiros garante do funcionamento e da ação do SICAD, aos quais se reconhecem capacidades para responder com qualidade às necessidades e expectativas dos parceiros.

5. Metodologia de Elaboração do Plano

O Plano de Atividades do SICAD para 2015 está condicionado e enquadrado por um conjunto de instrumentos e orientações estratégicas:

- Estratégia Global para a redução do uso nocivo do álcool;
- Plano de Ação Europeu para reduzir o uso nocivo do álcool 2012-2020;
- Estratégia da União Europeia de Luta contra a Droga (2013-2020);
- Plano de Ação da União Europeia de Luta Contra a Droga (2013-2016);
- Estratégia da UE para apoiar os Estados-Membros na minimização dos efeitos nocivos do álcool;
- Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020;
- Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016;
- Plano Nacional de Saúde 2012-2016 (PNS);
- Plano Estratégico do SICAD, 2013-2016;
- Situação do País em Matéria de Comportamentos aditivos e dependências;
- Caracterização do fenómeno: estudos realizados sobre prevalências de consumos e dependências;
- Medidas inscritas no Programa do XIX Governo Constitucional para a área da saúde;
- Orientações para a elaboração do Plano Estratégico Trienais de 2014 a 2016, Plano de Atividades de 2015 e Quadro de Avaliação e Responsabilização de 2015 dos serviços do Ministério da Saúde;
- Orientações do PREMAC.

Enquadrado por estas orientações e instrumentos, particularmente o Plano Estratégico do SICAD 2013-2016 que define vetores e objetivos estratégicos, objetivos operacionais e indicadores para o atual ciclo, aliados às competências do SICAD, estão reunidas as condições de base para a elaboração sustentada e coerente do Plano de Atividades para 2015, dando sequência à ação desenvolvida em 2013 e 2014.

Seguindo as orientações do Ministério da Saúde emanadas em 2014, relativas à elaboração de um Plano Estratégico, e atendendo a que o SICAD tem um Plano Estratégico (PE) aprovado pela tutela para o período 2013-2015, procedeu-se à revisão

do mesmo, considerando os documentos estratégicos elaborados em 2013³ e o desempenho do primeiro ano de operacionalização do Plano – 2013, por via da elaboração de uma adenda ao PE do SICAD, que alarga o período de vigência até 2016, em consonância com o Plano Nacional de Saúde. Este exercício centrou-se na adaptação e ajustamento dos vetores e objetivos estratégicos, objetivos operacionais, respetivos impactos, indicadores e mapa estratégico.

Neste sentido, o Plano de Atividades para 2015 garante a continuidade da operacionalização do Plano Estratégico 2013-2016, definindo atividades que concorrem para o alcance das metas dos indicadores do PE. Observaram-se igualmente as orientações do MS relativas à execução do Plano de Atividades 2015, disseminadas aquando da produção do Plano de 2014.

5.1. Apresentação das Atividades por Unidade Orgânica

O Plano de Atividades é um instrumento de gestão organizador a nível interno, do próprio serviço, que segue as orientações da tutela válidas para todos os organismos abrangidos, permitindo análises comparativas. É também um documento disponível a todos os cidadãos, através da disponibilização *online*, pelo que a redação deve ser clara e acessível. Assim, no Plano de Atividades 2015 cada Unidade Orgânica descreve as principais ações que se propõe desenvolver, enquadrando os indicadores apresentados no âmbito de cada objetivo operacional, de forma sintética e concisa facilitando a compreensão.

As Fichas de Atividade baseiam-se no esquema proposto pelo Ministério da Saúde, conforme os anos anteriores e com as alterações solicitadas para 2015.

Para cada Objetivo Operacional (OOp) utilizaram-se os seguintes critérios:

- Correspondência aos **Objetivos Estratégicos** (definidos no QUAR e Plano Estratégico);
- Correspondência com as **atribuições da Unidade Orgânica**;
- Parâmetro do Objetivo Operacional: eficácia, eficiência ou qualidade;
- Identificação das **Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde** para as quais contribui ou se enquadra.

No âmbito de cada Objetivo Operacional são identificados os indicadores para o ano de 2015. Considerando que este Plano de Atividades vem na sequência dos Planos de Atividades de 2013 e 2014, alinhado com o Plano Estratégico do SICAD, alguns indicadores são os mesmos dos anos anteriores, outros são novos e concorrem para o alcance dos objetivos definidos para o período temporal em causa: 2013-2016.

³ Cartas de missão para os cargos de Diretor Geral e Sub Diretor Geral;

Verificam-se ainda situações em que os indicadores se mantêm, comparativamente a 2014, e os valores das metas são inferiores aos resultados alcançados no ano anterior. Estas situações são devidamente identificadas e prendem-se ou com a natureza do indicador, cuja progressão contínua ao longo do tempo não significa o alcance de melhores resultados, ou com as necessidades identificadas e prioridades definidas para 2015.

Aplicam-se as seguintes variáveis a **cada indicador**:

- Definição do **tipo de indicador**: estrutura; realização; resultado; impacto;
- Apresentação dos **valores prévios**, sendo na sua maioria os valores de 2014 e/ou 2013, quando aplicável;
- Definição da **meta** e **tolerância** para 2015. A meta corresponde ao valor a atingir ou intervalo de valores. A tolerância estabelece os limites superior e inferior do intervalo definido para a meta (quando aplicável);
- Apresentação do **valor crítico**, enquanto *benchmark* (referencial de excelência) de instituições nacionais ou internacionais congéneres, ou o melhor resultado em termos históricos para o indicador em causa. Em 2015, para a maioria dos indicadores que já têm sido utilizados em anos anteriores, aplica-se a segunda hipótese, isto é, o melhor valor histórico. Noutras situações, nomeadamente quando se planeia atingir metas com melhores resultados que o valor de referência, o valor crítico foi ajustado permitindo assim enquadrar a proposta da meta;
- São identificadas as estruturas orgânicas **responsáveis pela execução**;
- A classificação quanto à **orçamentação**: orçamentada (AO), e CE quando está sujeito a processo de financiamento da Comissão Europeia (CE);
- Apresentação das **instituições externas** pela realização final de cada indicador, como **eventuais dependências**, quando aplicável;
- Identificação das **entidades colaboradoras**, internas ou externas, que concorrem para a **realização do indicador**, quando aplicável;
- No campo das **observações**, surgem fundamentalmente as seguintes situações: identificação de um novo indicador, que não possui valores históricos, apresentação da justificação da não progressão da meta, relativamente a valores históricos e quais os indicadores dos Objetivos Estratégicos, que constam do PE 2013-2016, para os quais os indicadores do Plano de Atividades 2015 concorrem. Igualmente estão identificadas as ações do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2016 onde se enquadram os indicadores do PA 2015.

5.2 Contribuições para as Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde

O SICAD contribui para as orientações estratégicas do MS, nas seguintes dimensões das **Orientações do Plano Nacional de Saúde 2012-2016**: eixos estratégicos – *Cidadania em Saúde, Qualidade em Saúde, Políticas de Saúde*; nos objetivos para o Sistema de Saúde – *Obter mais valor em saúde*.

No **Programa do XIX Governo Constitucional** identificam-se atividades que contribuem para as secções: *Qualidade e acesso efetivo aos cuidados de saúde; Um maior protagonismo dos cidadãos na utilização e gestão ativa do Sistema; Melhorar a informação e o conhecimento do Sistema de Saúde, recursos humanos capacitados; Excelência no conhecimento e na inovação; Política do medicamento promotora de acesso, equidade e qualidade; Internacionalizar a saúde e aprofundar a cooperação no domínio da saúde com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PCL) e a União Europeia*.

A contribuição das ações do SICAD para o **Memorando de Entendimento Sobre as Condicionalidades de Política Económica** está igualmente patente no Plano de Atividades.

No que respeita às **Prioridades Estratégicas dos Cuidados de Saúde Primários** sinalizam-se como dimensões para as quais a ação do SICAD contribui: *Envolver e Responsabilizar os cidadãos e as comunidades nos processos de saúde e Organizar respostas adequadas para os problemas e necessidades de saúde de grupos populacionais específicos e da população no seu todo*.

A *Integração de cuidados para melhorar o acesso* constitui uma dimensão da categoria **Prioridades definidas pelo Grupo de Trabalho da Reforma Hospitalar**, representa uma orientação para a qual o SICAD contribui no âmbito da atividade que se propõe desenvolver. O presente Plano de Atividade contribui ainda para a *Rede de Referência – Conceitos e Propostas*, categoria da orientação **Recomendações da Comissão para a Reavaliação da Rede Nacional de Emergência e Urgência**.

Por fim o SICAD contempla ainda objetivos e atividades que concorrem para as Orientações Estratégicas do Ministério da Saúde: **Avaliação da Satisfação, Divulgação de Informação e Avaliação de Impacte na Saúde**.

6. Enquadramento Estratégico

O Plano Estratégico do SICAD constitui o documento orientador do desenvolvimento da ação do SICAD no quadriénio 2013-2016, de que se traduzem aqui alguns elementos e dimensões enquadramentos e facilitadores do planeamento para 2015, coerente e com continuidade.

A construção do Plano Estratégico teve como fundação o diagnóstico estratégico, baseado na análise da envolvente externa e interna, que permitiu a definição do mapa estratégico e alinou vetores e objetivos estratégicos, com objetivos operacionais, indicadores e metas, a prosseguir no horizonte de quatro anos.

6.1 Análise e diagnóstico Estratégico⁴

A caracterização da envolvente que enquadra o funcionamento do SICAD, no contexto da qual se pretende alcançar a visão, foi sistematizada através da análise:

- PEST - *Political, Economical, Social and Technological*;
- Stakeholders/Parceiros;
- SWOT - *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threat*.

6.1.1. Análise PEST - *Political, Economical, Social and Technological*

Na análise PEST procedeu-se à construção de um referencial de variáveis da envolvente externa, facilitador de um conhecimento mais objetivo do posicionamento do SICAD, com a identificação das principais e mais relevantes tendências da sociedade.

A análise PEST permitiu identificar os fatores de natureza macro ambiental, políticos, económicos, socioculturais e tecnológicos, que o SICAD não controla, nem consegue modificar, contudo que importa conhecer e vigiar⁵. A saber:

⁴ A análise e diagnóstico estratégico encontram-se desenvolvidos no Plano Estratégico do SICAD;

⁵ A análise à PEST encontra-se mais desenvolvida no Plano Estratégico do SICAD;

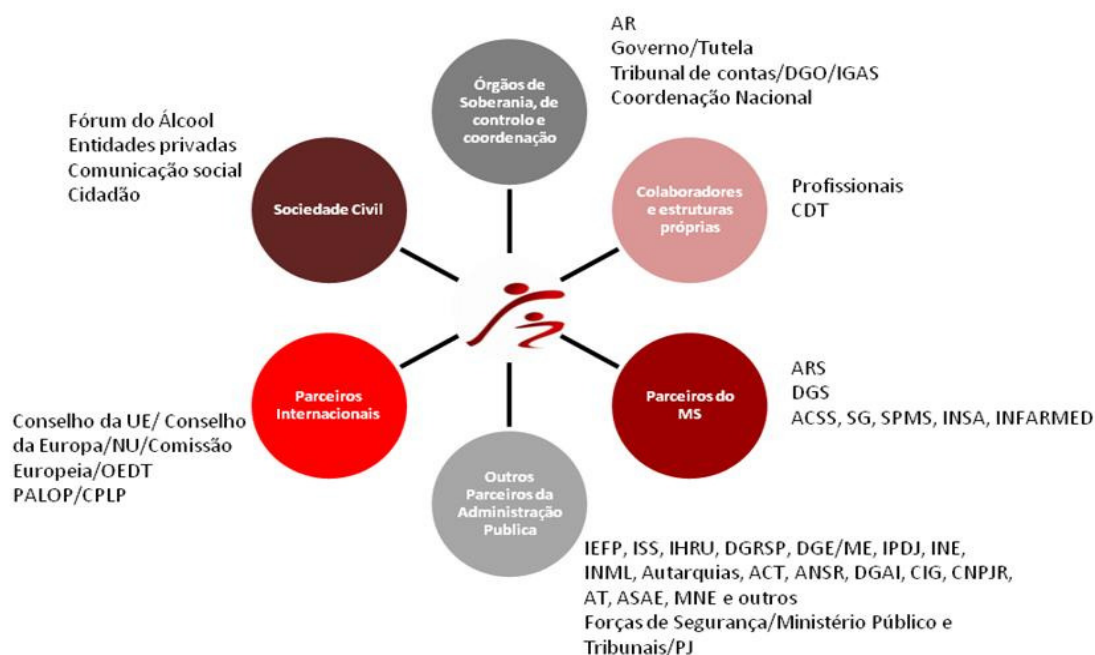
Fatores Políticos (Inclui Legais)	Fatores Económicos	Fatores Sociais	Fatores Tecnológicos
<ul style="list-style-type: none"> • Crise política na zona euro (e fora dela) • E(in)stabilidade política • Reforma estrutural do Estado • Opções governativas condicionadas pela conjuntura económica e financeira • Tensão entre poder político e a sociedade civil • Área de intervenção fortemente condicionada por conceções ideológicas • Posição ideológica diferente dos parceiros de coligação governamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Profunda crise económica e financeira • País em recessão económica • Vigência do exigente Programa de Assistência Económica e Financeira; • Baixa sustentabilidade das finanças públicas; • Sustentabilidade do SNS em falência; • Dificuldades da sustentabilidade do sistema de proteção social; • Dimensão económica das áreas de negócio 	<ul style="list-style-type: none"> • Profunda crise social • Aumento das desigualdades sociais • Índice de Desemprego • Vulnerabilidade e empobrecimento das famílias • Mudanças de estilos de vida e de padrões de consumo • Capacidade de intervenção das IPSS condicionada por questões financeiras • Diminuição das respostas sociais • Estigma social sobre pessoas com dependências • Alterações da estrutura populacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Utilização generalizada das TIC • Integração na Rede Informática da Saúde • Investimento em inovação tecnológica • Internet como veículo de marketing e acesso às novas substâncias psicoativas • Internet enquanto promotora de novos comportamentos aditivos

6.1.2. Análise de Stakeholders

Por via da **análise de Stakeholders** conseguem-se identificar o nível de trocas entre os parceiros, externos e internos, e o SICAD, as relações, as expectativas mútuas e a perceção quanto à atuação de cada parte, e apontar opções para a concretização da visão do serviço e a satisfação das necessidades das partes interessadas.

Verifica-se que o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências tem um conjunto alargado de *stakeholders*⁶, os quais se encontram identificados na figura abaixo, agrupados em seis categorias: **(I)** Órgãos de Soberania, de controlo e coordenação **(II)** Colaboradores e estruturas próprias, **(III)** Parceiros do Ministério da Saúde, **(IV)** Outros Parceiros da Administração Pública (AP); **(V)** Parceiros Internacionais e **(VI)** Sociedade Civil:

⁶ Os principais stakeholders já se encontram assinalados no ponto 4. deste Plano; no Plano Estratégico a relação entre as categorias aqui identificadas está devidamente aprofundada.



Tal como referido no ponto 4. deste documento destacamos como parceiros privilegiados os parceiros do Ministério da Saúde, em particular as **ARS** e a **DGS**, os órgãos de soberania, em particular a **Tutela** e a **Coordenação Nacional**, os parceiros internacionais, designadamente o **OEDT** e, da categoria Outros Parceiros da AP, destacam-se os **parceiros com assento na estrutura de coordenação nacional**, com especial enfoque as **Forças de Segurança**, por força da cooperação inerente à aplicação integrada da Lei nº30/2001. Os **cidadãos**, enquanto clientes finais, e os **profissionais** e as **CDT** configuram igualmente parceiros importantíssimos no desenvolvimento da atividade do SICAD.

Estes são os parceiros com muita influência (direta ou indireta) e um nível de interesse elevado, no funcionamento e na prossecução da missão e da visão do SICAD, com os quais importa estabelecer alianças estratégicas para a condução das políticas e intervenções, pois constituem ora parceiros de nível político, ora complementares para a execução das políticas e intervenções ou clientes finais do serviço público⁷.

6.1.3. Análise SWOT

Através da **análise SWOT - Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats**, análise da envolvente interna e externa de atuação do SICAD, identificam-se os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades, que condicionam a implementação das políticas e intervenções, e que facilitaram a formulação do plano estratégico.

⁷ Esta análise encontra-se mais aprofundada no Plano Estratégico.

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Serviço especializado	Estrutura organizacional nova e em construção
Conhecimento especializado	Área suscetível de mudanças frequentes
Elevada qualificação dos RH	Fraca assunção da nova orgânica e competências do Serviço
Sistemas de informação especializados	Défices de informação quanto ao modelo organizativo das respostas no terreno
Capacidade de criação e gestão de Programas e de apoio a projetos	Orçamento escasso
Abertura à inovação e disponibilidade para novos compromissos	Dificuldades de incentivos ao desempenho
Ligação direta e forte à Estrutura de Coordenação Nacional	Conhecimento dos profissionais nas novas áreas dos CAD com necessidade de desenvolvimento
Dispositivo da dissuasão	Circuitos e procedimentos de comunicação com necessidade de desenvolvimento
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
PREMAC	Modelo organizativo das respostas no terreno ainda não definido
Novas atribuições em matérias de dependências.	Dificuldade na articulação com alguns SH
Reposicionamento face aos SH e à articulação interinstitucional	Serviços operacionais na dependência de outros organismos
Disponibilidade dos SH do MS para redesenhar o modelo organizativo das respostas	Crise económica e as consequentes restrições orçamentais
Necessidade externa de serviços e apoio especializado	Perda de RH alocados à área das dependências
Estrutura de Coordenação Nacional	Vulnerabilidade da situação económico-financeira dos cidadãos concorrendo para o recrudescimento dos consumos, tráfico e criminalidade
Envolvimento e disponibilidade da sociedade civil	Permanente mutação do mercado de Substâncias Psicoativas
Reconhecimento internacional	Diminuição das respostas disponíveis

Relacionadas as dimensões aqui identificadas⁸ destacam-se os seguintes constructos:

- O ambiente externo não se pode controlar mas deve ser conhecido e monitorizado de modo a aproveitar as oportunidades e combater as ameaças.
- Grande parte das fraquezas identificadas possui um carácter conjuntural e transitório, decorrente da profunda alteração orgânica, recentemente verificada e em fase de operacionalização. O SICAD encontra-se em pleno processo de definição conjunta, com os parceiros estratégicos do MS, das atribuições e desenho organizacional, e em condições de a breve prazo inverter este ponto fraco, que em alguns casos aproveita oportunidades.
- O conhecimento e os sistemas de informação especializados, a abertura e disponibilidade dos serviços para novos compromissos, a ligação à Estrutura de Coordenação Nacional e o dispositivo da dissuasão, são, inequivocamente, pontos fortes, facilitadores do desenvolvimento do serviço, pois são forças importantes no combate às ameaças e no potenciar das oportunidades.

Identifica-se, assim, um serviço em crescimento e desenvolvimento, que aposta na comunicação, interna e externa, na relação e alinhamento estratégico, designadamente com os *stakeholders* do MS, procurando concertar posições e encontrar soluções integradas para compromissos convergentes. A permanente produção e atualização de conhecimento, a inovação nas abordagens e a preparação antecipada para lidar com estes fenómenos, bem como a capacitação os profissionais para prestar apoio no âmbito das novas atribuições do serviço, configuram fatores de importância crítica para o posicionamento do SICAD.

6.2 Opções Estratégicas do SICAD

Face ao contexto económico e social, mas também psicológico, que perpassa a sociedade portuguesa e que coloca em risco a população, no que respeita a comportamentos aditivos e dependências, particularmente aos mais jovens; face à mobilidade do mercado lícito e ilícito de drogas e também à emergência de outro tipo de patologias de dependência identificadas e que resultaram no alargamento das atribuições do SICAD; face ao posicionamento do SICAD e às exigências em matéria de produção de conhecimento e apoio às intervenções de uma maneira geral e alargada aos serviços públicos e de proximidade; face à necessidade de um efetivo alinhamento estratégico interno e externo, nacional e internacional, tendo em vista a definição e implementação de políticas e intervenções; face ao papel do SICAD no suporte à coordenação nacional e à projeção internacional das políticas portuguesas; o Plano Estratégico fixou os **vetores estratégicos**, as grandes linhas de ação, que vão orientar a intervenção do SICAD no atual ciclo 2013-2016: (v1)

⁸ Cuja análise foi efetuada na matriz swot, apresentada e desenvolvida no Plano Estratégico, pag 34;

desenvolver o conhecimento, (v2) potenciar a comunicação, (v3) promover o alinhamento com o Plano Nacional de Saúde 2012-2016, (V4) fomentar a interação e a intervenção.

V1. Desenvolver o conhecimento

Consolidar com os *stakeholders* uma cultura de registo, de monitorização e de avaliação das intervenções, na perspetiva de um sistema global e integrado de informação. Reforçar o apoio à investigação e melhorar a gestão do conhecimento com vista à sua transmissão, adequada às necessidades dos decisores e interventores em particular, e dos cidadãos em geral.

V2. Potenciar a comunicação

Apostar na comunicação interna torna o serviço mais forte e competitivo, com profissionais alinhados, motivados e comprometidos, na prestação de serviços de qualidade. Potenciar a comunicação com os *stakeholders* externos constitui-se como uma estratégia vital para a implementação e sustentabilidade das políticas e intervenções.

V3. Promover o alinhamento com o Plano Nacional de Saúde 2012-2016

Orientar as opções estratégicas, alinhadas e em convergência com o Plano Nacional de Saúde 2012-2016, através do envolvimento dos principais *stakeholders* em matéria de saúde. Acompanhar e contribuir para os objetivos e metas correlacionados com os Comportamentos Aditivos e Dependências, previstos nos planos e programas em curso, para a qualidade e eficácia das intervenções, junto dos cidadãos com necessidades de apoio especializado.

V4. Fomentar a interação e a intervenção

Dotar os clientes de condições para a implementação de políticas e intervenções. Estando uma parte da componente operacional das políticas e intervenções sob a responsabilidade de alguns *stakeholders*, que se consideram estratégicos, importa fomentar dinâmicas de interação, mecanismos de articulação e potenciar o seu envolvimento na conceptualização e implementação de medidas e respostas.

7. Objetivos e estratégias

7.1 Formulação e Análise dos Objetivos Estratégicos do PE

Tendo como pano de fundo os vetores estratégicos, definiram-se os objetivos estratégicos para o ciclo estratégico 2013-2016, a inscrever anualmente nos Planos de Atividades e QUAR, em consonância com as prioridades definidas pela Direção.

Objetivos Estratégicos	
OE1	Fomentar a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento entre os <i>stakeholders</i> , com vista a potenciar o seu valor, promovendo a capacitação para a ação e decisão e contribuindo para uma cidadania esclarecida.
OE2	Potenciar a cooperação e convergência dos Stakeholders para o alinhamento estratégico dos vários <i>stakeholders</i> com responsabilidades neste âmbito, procurando a concertação no planeamento, acompanhamento e avaliação das políticas nacionais, a implicação e o comprometimento.
OE2 a)	Garantir a articulação e cooperação entre os stakeholders estratégicos no âmbito da saúde, face à importância que assumem na definição de políticas e respetiva operacionalização e ação junto das populações. Importa promover a participação dos <i>stakeholders</i> necessários desde a fase de planeamento, assegurar a adoção de circuitos e procedimentos adequados entre os envolvidos, bem como sistemas de monitorização que permitam ajustar práticas que se revelem menos eficazes.
OE3	Apoiar a coordenação nacional e assegurar as relações internacionais. Considerando a multiplicidade de fatores associados aos comportamentos aditivos e dependências, ao nível das causas e das consequências, a Coordenação Nacional tem um papel decisivo na mobilização e implicação dos vários setores, na definição de políticas macro, comuns e partilhadas e no desenvolvimento de sinergias em matéria de CAD. Tratando-se de fenómenos à escala global, assegurar as relações internacionais, nas suas diversas vertentes, assume particular importância ao nível da disseminação de informação, mas também na produção de conhecimento e na definição de políticas.
OE4 a) e b)	Promover a qualidade, a eficiência e a eficácia das intervenções para alcançar ganhos em saúde junto da população em geral e de grupos específicos, quer por via da qualidade das abordagens, do conhecimento e da cooperação entre os <i>stakeholders</i> , da normalização e harmonização das respostas disponibilizadas, da contratualização com a sociedade civil e da capacitação dos profissionais; face à diminuição de recursos disponíveis, por via da partilha dos recursos locais e do desenvolvimento de respostas integradas.
OE5	Implementar a rede de referência/articulação como um pilar na melhoria da qualidade e da eficiência das respostas aos cidadãos com problemas relacionados com CAD. A definição e clarificação de conceitos relacionados com a severidade das dependências, a identificação das estruturas da comunidade mais vocacionadas para dar resposta às situações padronizadas, a adoção de normas e orientações técnicas para atuar junto dos cidadãos com problemas, a capacitação dos profissionais, enquadram-se neste objetivo, cujo maior enfoque da ação se situa ao nível dos parceiros públicos.
OE6	Promover a harmonização das intervenções através de orientações comuns, que sustentem as intervenções desenvolvidas, que definam uma identidade própria para os diferentes níveis de intervenção, para que estejam acessíveis aos cidadãos idênticas possibilidades ao nível das respostas disponibilizadas. Esta harmonização, para além de remeter para níveis de qualidade superiores, constitui uma base comum, facilitadora da monitorização e avaliação, que evidencie pontos fortes, identifique e corrija lacunas, e introduza as alterações necessárias face a novas situações, num processo de melhoria contínua.

Objetivos Estratégicos (continuação)	
OE7	Promover a implementação de medidas e intervenções para os novos problemas emergentes face ao surgimento de novos fenómenos e realidades, ou de reemergência de fenómenos antigos com outros contornos, com consequências nefastas para a população. Neste sentido, importa promover abordagens que respondam a necessidades (re)emergentes resultantes de diagnósticos participados. Neste domínio pode contemplar-se o desenvolvimento de iniciativas piloto, de investigação-ação, com vista à possível disseminação, ou de iniciativas já testadas por outros e que façam sentido na realidade nacional e no problema emergente identificado.
OE8	Otimizar os recursos e reforçar a sustentabilidade financeira face à profunda reforma dos serviços da Administração Pública e a diminuição dos recursos disponíveis, é de elementar interesse para o SICAD manter um esforço permanente de rentabilização dos recursos disponíveis, procurar novas formas de se financiar e de promover a sustentabilidade financeira das medidas e intervenções a implementar. A prestação de contas constitui, senão um valor da organização, um princípio primordial, donde a transversalidade aos vetores e objetivos definidos.
OE9	Garantir a qualidade dos dados e a eficiência do processamento e interpretação da informação , de modo a assegurar a produção atualizada de conhecimento com vista ao planeamento, monitorização e avaliação das políticas e intervenções.
OE10	Desenvolver linhas de investigação prioritárias , assegurando a continuação de projetos de investigação iniciados em anos anteriores e implementados de forma regular, e alargando a novas linhas de investigação adequadas às necessidades de intervenção identificadas.
OE11	Estabelecer circuitos e procedimentos de articulação e comunicação constitui-se como um objetivo nuclear no âmbito do mapa estratégico do SICAD e remete para a necessidade de definir fluxos de comunicação claros e funcionais, a nível interno e externo, com os diferentes stakeholders, de modo a promover a troca de informação e a implementação de medidas.
OE12	Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção , constitui-se como um propósito da ação do SICAD que conduz à melhoria dos serviços, seja através dos SH seja na ação direta do SICAD. Implica dispor de um ativo intelectual na área do CAD, onde se inclui o conhecimento da realidade dos serviços e das respostas existentes, e envolver e dinamizar a rede de parceiros, designadamente daqueles que detêm responsabilidades operacionais, parceiros do ministério da saúde e outros parceiros da AP, com assento na coordenação nacional, assim como da sociedade civil.
OE13	Promover o planeamento, monitorização e avaliação das medidas e intervenções , enquadra-se na gestão por objetivos onde <i>gerir é medir para comparar e melhorar</i> , tendo em vista a melhoria do desempenho organizacional e, também, o propósito de prestação de contas e de transparência de atuação da Administração Pública perante os cidadãos. Contribui-se para uma sistemática melhoria da definição e condução das políticas e intervenções. Importa assim, estar permanentemente em articulação, para melhor avaliar e antecipar as expectativas dos stakeholders relativamente ao SICAD, tendo em vista a satisfação das necessidades dos serviços. É também neste pressuposto que se devem fomentar relações interinstitucionais, onde marcam presença valores como a transparência, a cooperação e a confiança.
OE14	Formar Recursos Humanos para assegurar o desenvolvimento de competências técnicas, com conhecimentos especializados adequados, úteis e atualizados, que permitam aumentar a qualificação e especialização dos profissionais, designadamente no âmbito das novas atribuições do serviço, e melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Objetivos Estratégicos (continuação)	
OE15	Melhorar as competências de comunicação e de articulação através da normalização e da circulação da informação, e a articulação a nível interno, como vista ao envolvimento e comprometimento dos profissionais, contribuindo assim para a eficácia e crescimento do serviço, bem como para um ambiente organizacional saudável.
OE16	Alinhar colaboradores na missão, na visão e nos valores do SICAD. Só assim será possível encontrar uma identidade coletiva e uma cultura organizacional forte, que implique os colaboradores e promova desempenhos de excelência, em momentos de forte contração económica e social, com impactos na vida pessoal e familiar dos profissionais. Comprometer os profissionais, comunicar o plano estratégico do SICAD e os resultados da monitorização e vinculá-los com objetivos de SIADAP coerentes com os desígnios e os propósitos do serviço.

7.2. Mapa Estratégico

O mapa estratégico (página seguinte) facilita a visualização das orientações estratégicas do SICAD, distribuindo os objetivos estratégicos pelas perspetivas e vetores estratégicos, relacionando-os entre si. Cria uma visão global do caminho a seguir no período 2013-2016 e está na base dos exercícios de planeamento anuais. Os objetivos e vetores estratégicos remetem para a estabilidade e continuidade das linhas de orientação ao longo do período de vigência do Plano Estratégico, ajustáveis a novas necessidades identificadas, e estabelecem o compromisso do SICAD com o caminho delineado.

MISSÃO

Promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos e a diminuição das dependências.

VISÃO

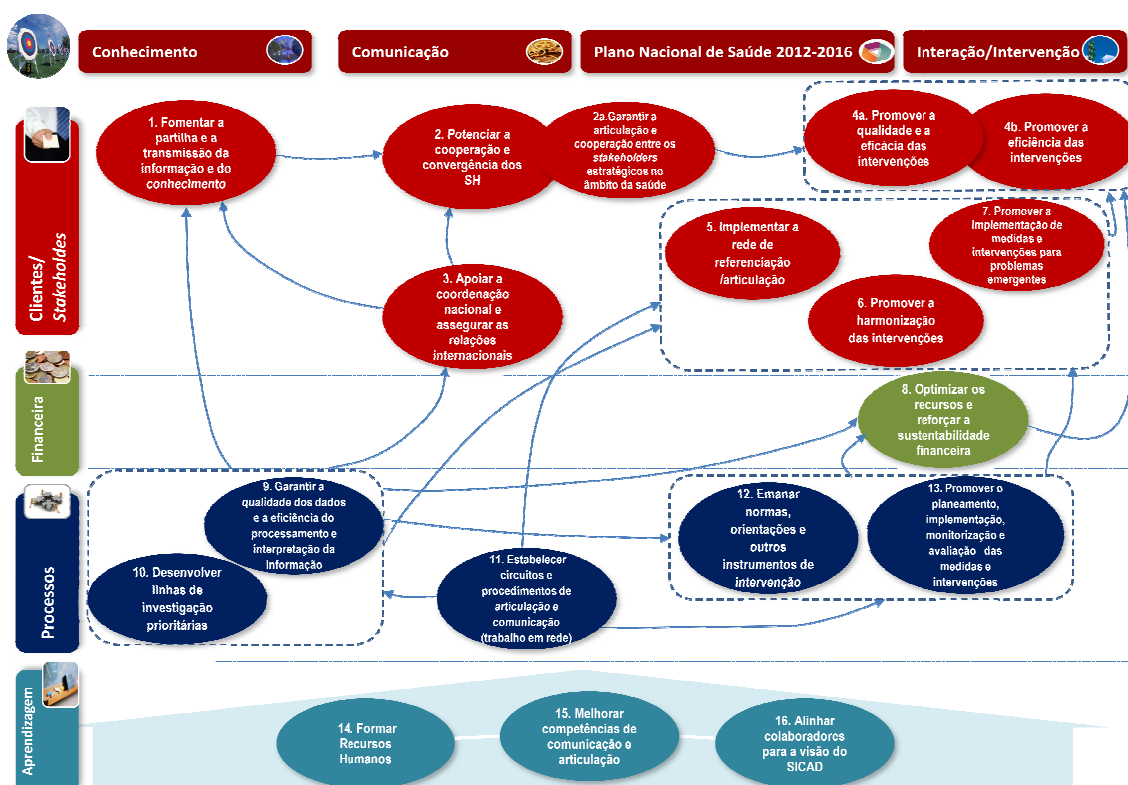
Constituir-se como entidade garante da sustentabilidade das políticas e intervenções, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências com o reconhecimento nacional e internacional.

VALORES

Humanismo, Conhecimento, Inovação e Pragmatismo, Cooperação, Confiança e Transparência

DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Contexto económico e social, mas também psicológico, que perpassa a sociedade portuguesa e que coloca em risco a população, no que respeita a comportamentos aditivos e dependências, particularmente os mais jovens	Mobilidade do mercado lícito e ilícito de drogas e também a emergência de outro tipo de patologias de dependência identificadas e que resultaram no alargamento das atribuições do SICAD	Necessidade de estabelecimento de circuitos e procedimentos de articulação, para a produção conjunta dos processos de planeamento, implementação e avaliação das políticas e intervenções, enquadradas pela missão do Ministério da Saúde	Reposicionamento do SICAD, relativamente ao IDT, e às exigências em matéria de produção de conhecimento e apoio às intervenções de uma maneira geral e alargada aos serviços públicos e de proximidade	Necessidade de um efetivo alinhamento estratégico, interno e externo, nacional e internacional, tendo em vista a definição e implementação de políticas e intervenções	O papel do SICAD no suporte ao Coordenador Nacional e à projeção internacional das políticas portuguesas
--	--	---	--	--	--



7.3. Objetivos Operacionais e o seu impacto nos Objetivos Estratégicos

Para implementar a estratégia no quadriénio 2013-2016, foram definidos 23 Objetivos operacionais (OOp). Os objetivos operacionais são desenvolvidos através de iniciativas⁹, identificados pelas unidades orgânicas, e enquadram a construção dos Planos de Atividades anuais, nomeadamente do presente Plano para 2015.

Desta forma, pretende-se uma coerência estratégica da ação do SICAD no quadriénio, com uma operacionalização planeada, consistente e avaliável.

No quadro ao lado, para além dos objetivos operacionais, apresenta-se o impacto e a relação que têm nos objetivos estratégicos.

⁹ Para mais informação sobre as iniciativas, consultar o Plano Estratégico (pp.48-51)

Impactos dos Objetivos Operacionais nos Objetivos Estratégicos

 Impacto muito forte nos OE

 Impacto forte nos OE

OBJETIVOS OPERACIONAIS (OOp)	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS (OE)																		
	OE1. Fomentar a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento	OE2. Potenciar a cooperação e a convergência dos SH	OE2a). Garantir a articulação e cooperação entre os stakeholders estratégicos no âmbito da saúde	OE3. Apoiar a Estrutura de Coordenação Nacional e assegurar as relações internacionais	OE4a e b. Promover a qualidade, a eficiência e a eficácia das intervenções	OE5. Implementar a rede de referência/articulação	OE6. Promover a harmonização das intervenções	OE7. Promover a implementação de medidas e intervenções para os problemas (re) emergentes	OE8. Otimizar os recursos e reforçar a sustentabilidade financeira	OE9. Garantir a qualidade dos dados e a eficiência do processamento e interpretação da informação	OE10. Desenvolver linhas de investigação prioritárias	OE11. Estabelecer circuitos e procedimentos de articulação e comunicação	OE12. Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção	OE13. Promover o planeamento, monitorização e avaliação das medidas e intervenções	OE14. Formar recursos humanos	OE15. Melhorar as competências de comunicação e articulação	OE16. Alinhar colaboradores para a visão do SICAD		
OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD																			
OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos																			
OOp3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD																			
OOp4. Implementar respostas integradas, no âmbito do PORI																			
OOp5. Colaborar no desenvolvimento do SIM na recolha e tratamento de informação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos CAD																			
OOp6. Dinamizar a intervenção nos problemas (re)emergentes, no âmbito dos CAD																			
OOp7. Desenvolver projetos em linhas de investigação tradicionais																			
OOp8. Desenvolver projetos em novas linhas de investigação																			
OOp9. Criar mecanismos e procedimentos com vista ao incremento da eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de informação dos serviços que integram a rede do Sistema Nacional de Informação e à sua adequação às necessidades nacionais e internacionais de informação																			
OOp10. Implementar procedimentos potenciadores da articulação entre SH e de incentivo à partilha regular de informação e de conhecimento entre diferentes grupos de SH																			
OOp11. Divulgar e disponibilizar informação																			
OOp12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação																			
OOp13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação																			
OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional																			
OOp15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD																			
OOp16. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos																			
OOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais																			
OOp18. Planear e gerir os recursos informáticos																			
OOp19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2015																			
OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD																			
OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT																			
OOp22. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2015																			
OOp23. Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas																			

8. Atribuições, objetivos operacionais e atividades planeadas por Unidade Orgânica

Dando continuidade à operacionalização do Plano Estratégico 2013-2016, o Plano de Atividades para 2015 concretiza o terceiro ano de execução do plano estratégico, para via da inscrição e comprometimento na continuidade dos objetivos operacionais e respetivos indicadores, tendo em vista alguma coerência e estabilidade na concretização das políticas e intervenções definidas para a área do consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

A execução do plano e cumprimento das metas definidas para os diferentes indicadores, objetivos operacionais e estratégicos compete às unidades orgânicas cujas atribuições¹⁰ se enquadram nos conteúdos definidos e propostos.

8.1 Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPI)

8.1.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Divisão de Intervenção Terapêutica (DIT)** é atribuído o exercício das competências designadas nas alíneas a), b), c), d), e), f), h), i) e j) do artigo 2.º da Portaria do SICAD:

- a) Desenvolver as metodologias, requisitos e normas de atuação, de modo a garantir a qualidade da intervenção terapêutica, participando no planeamento, na monitorização e na avaliação dos programas de reinserção social e de tratamento do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- b) Participar no planeamento e no desenvolvimento da intervenção no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, em articulação com as ARS, IP, através de uma rede de referenciação entre cuidados primários, centros de respostas integradas, e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência, ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- c) Desenvolver atividades de promoção do planeamento e coordenação, orientados para a definição das políticas no âmbito das intervenções da

¹⁰ De acordo com o Despacho n.º 8816/2012 de 3 de Julho.

reinserção social e do tratamento dos comportamentos aditivos e das dependências, nos diferentes contextos;

- d) Realizar estudos diagnóstico de identificação das necessidades de intervenção, de âmbito nacional, estabelecendo as prioridades e o tipo de intervenção nas áreas do tratamento e da reinserção e desenvolver metodologias e instrumentos facilitadores da planificação;
- e) Apoiar a coordenação das atividades realizadas pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas de intervenção, ao nível da reinserção social e do tratamento;
- f) Definir as linhas de orientação técnica e normativa, para a intervenção no tratamento, reinserção e redução de riscos e minimização de danos, baseadas na evidência científica;
- g) Definir os requisitos para o licenciamento de unidades privadas prestadoras de cuidados de saúde na área das dependências e comportamentos aditivos;
- h) Definir as componentes e procedimentos técnicos das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no domínio dos consumos de substâncias psicoativas, das dependências e dos comportamentos aditivos;
- i) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

À **Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária (DPIC)** é atribuído o exercício das competências designadas nas alíneas a), c), d), e), f), e h), do artigo 2.º da Portaria do SICAD:

- a) Definir práticas, normas e requisitos a satisfazer, para garantir a qualidade da intervenção comunitária, de forma a permitir o planeamento e a avaliação dos programas de prevenção, de redução de riscos e minimização de danos, do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- b) Desenvolver metodologias de planeamento e coordenação, que visem a definição das políticas para as intervenções preventivas e de redução de riscos e minimização de danos, no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências;
- c) Apoiar a coordenação das atividades realizadas pelas entidades responsáveis pela operacionalização das políticas preventivas e de intervenção, ao nível da prevenção e redução de riscos e minimização de danos, nos diferentes contextos;

- d) Definir as linhas de orientação técnicas e normativa para a intervenção em prevenção, baseadas na evidência científica;
- e) Elaborar estudos diagnóstico de identificação das necessidades de intervenção, de âmbito nacional, estabelecendo as prioridades e o tipo de intervenção nas áreas da prevenção e redução de riscos e minimização de danos e desenvolver metodologias e instrumentos de apoio à planificação;
- f) Assegurar um serviço de apoio individualizado, anónimo, gratuito e confidencial, de informação, aconselhamento, orientação e encaminhamento na área dos comportamentos aditivos e dependências, nomeadamente por via telefónica e ou outras tecnologias de comunicação.
- g) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

8.1.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

Objetivo Operacional 1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD

O alinhamento com os determinantes estratégicos do SICAD aponta para que, em 2015, as atividades relativas à definição de instrumentos de orientação das intervenções em CAD se estruturam segundo diversos eixos. Assim, em continuidade com os trabalhos empreendidos nos dois primeiros anos do ciclo estratégico e que resultaram na produção de vários documentos neste domínio, importa agora diligenciar no sentido da sua difusão, aumentando o seu conhecimento e aplicação por parte dos responsáveis e técnicos que asseguram a intervenção em CAD. Nesse sentido e em articulação com os stakeholders estratégicos para cada uma das áreas em causa, prevêem-se atividades de difusão e divulgação das Linhas Orientadoras produzidas, no âmbito da intervenção em Fisioterapia bem como no da Mediação Social e Comunitária. Por outro lado, surge como uma evolução consequente à produção destes instrumentos o desenvolvimento de meios que permitam a avaliação e monitorização da forma como as normas e orientações técnicas estão a ser implementadas na prática – como tal, serão desenvolvidas ferramentas que permitirão acompanhar este processo, no âmbito das intervenções em Prevenção (na sua globalidade e mais especificamente, no que concerne ao Programa Eu e os Outros) e em Reinserção Social. Um outro eixo de orientação das iniciativas do DPI implicará a atualização e/ou incremento do alcance de alguns dos documentos já produzidos

neste âmbito e que por força da evolução dos quadros de referência dos CAD (seja a nível do fenómeno em si, seja no que concerne à reorganização das políticas e respostas erigidas para a eles fazer face), reclamam ajustamentos, em ordem à manutenção e fomento da sua utilidade e aplicabilidade, garantido a eficácia, a qualidade e a sustentabilidade dos ganhos em saúde. É assim o caso da atualização que deverá ser produzida no documento sobre Linhas de Orientação para o Tratamento e Reabilitação em Comunidade Terapêutica, bem como o aprofundamento das Linhas de Orientação para a Intervenção em RRMD no âmbito dos CAD, das Normas e Orientações Técnicas em Unidades de Desabilitação e ainda a criação de uma plataforma interativa, para consulta *online*, que responda a necessidades específicas dos interventores na área da prevenção, a qual surge na sequência da produção do documento *Linhas Gerais de Orientação à Intervenção Preventiva nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências*, constituindo-se como um recurso conceptual e metodológico de suporte à conceção, desenho e avaliação da intervenção preventiva.

Deverão ser ainda salientadas as iniciativas conducentes à preparação de instrumentos de apoio à promoção da melhoria da qualidade no âmbito da intervenção em CAD.

Objetivo Operacional 2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos

No âmbito da intervenção, o SICAD assegurará os procedimentos relativos às suas competências no âmbito do desenvolvimento de intervenções eficazes e adequadas às necessidades identificadas, baseadas em diagnósticos atualizados e robustos, centrados nos contornos atuais do fenómeno dos CAD, nas necessidades dos cidadãos em função dos diferentes níveis de risco, fase do ciclo de vida e variados contextos sociais onde os mesmos se inserem, nomeadamente, laboral, tutelar de menores, escolar (básico e superior), entre outros. Neste sentido, impõe-se a promoção do desenvolvimento de intervenções estruturadas e eficazes, baseadas em modelos de boas práticas e na evidência científica. No que diz respeito aos objetivos estratégicos da intervenção em meio laboral, mantém-se a aposta em apoiar os trabalhadores e as empresas na minimização desta problemática, quer através da sensibilização para a dinamização de políticas de segurança e saúde das empresas, quer no suporte técnico para a elaboração e implementação de medidas efetivas no sentido da prevenção, redução e controlo dos CAD.

Numa linha de atuação já existente, surge agora a preocupação de alargar as ações de sensibilização sobre os riscos associados aos CAD junto a diversos grupos alvo e em diferentes contextos. Particularmente no que diz respeito à temática do consumo de álcool na evolução da gravidez, a necessidade do desenvolvimento de ações e iniciativas de sensibilização dentro desta área é identificada como uma prioridade. Por outro lado, no âmbito do acordo de cooperação estabelecido entre o Ministério da Defesa Nacional e vários parceiros para ampliar o campo de ação das comemorações do Dia da Defesa Nacional a uma perspetiva de educação para a cidadania, importa dar continuidade à resposta transversal já criada, a ser aplicada a todos os jovens no ano em que atingem os 18 anos de idade e coordenar a sua implementação a nível nacional, conjuntamente com as Administrações Regionais de Saúde, I.P, monitorizando a intervenção realizada no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências no Dia da Defesa Nacional.

Tendo em conta a promoção de sinergias entre os diferentes quadros estratégicos dos Membros do Fórum Nacional Álcool e Saúde, será continuada a sua dinamização, com suporte técnico-científico no processo de elaboração/renovação ou implementação dos compromissos dos membros, a par da partilha de práticas e intervenções com parceiros estratégicos. Esta continuidade pode justificar o aperfeiçoamento e algumas reestruturações do Diretório do Álcool, um recurso com valor para a dinamização do Fórum.

Considerando a importância estratégica e a abrangência da população jovem, o enfoque na atualização permanente do sítio, infanto-juvenil na área das drogas e das toxicodependências, direcionado para jovens a partir dos 12 anos é de primordial importância. Funcionando no âmbito da Prevenção dos CAD, assume um carácter lúdico-pedagógico e tem como objetivo geral a informação e a promoção de comportamentos saudáveis junto desta população.

No que diz respeito ao contexto recreativo, destaca-se a manutenção da parceria entre o SICAD, um produtor de eventos e uma universidade/centro de investigação, com responsabilidade nesta área, para dar continuidade à implementação de um projeto de investigação-ação, no sentido de consolidar a avaliação do processo e a eficácia do modelo criado para a intervenção em crise em ambientes recreativos, no âmbito da prevenção e RRMD.

No âmbito da prevenção seletiva e indicada, no atual ciclo estratégico pretende-se dar continuidade ao projeto de investigação-ação, em meio escolar e junto de jovens institucionalizados, contribuindo para o desenvolvimento saudável dos educandos da Casa Pia de Lisboa (CPL) numa perspetiva integrada e compreensiva. O objetivo do projeto é a implementação de um modelo de intervenção preventiva de carácter seletivo e indicado, adequada às necessidades e características dos grupos-alvo

(educandos, famílias e agentes socioeducativos) dos 8 Centros de Educação e Desenvolvimento – CED da CPL.

Ainda no que se refere ao âmbito das crianças e jovens em risco, prevê-se a continuação da colaboração com a Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, nomeadamente pelo desenvolvimento da articulação com esta Comissão e outros *stakeholders* fundamentais, à luz da reformulação do protocolo existente neste âmbito.

A manutenção de uma linha telefónica de ajuda que pretende proporcionar aos seus utentes um espaço de informação correta e objetiva, em função das questões que lhe são dirigidas, baseando-se no rigor, credibilidade, imparcialidade da informação. Esta intervenção visa ainda aceder a grupos populacionais que não recorrem aos serviços de atendimento ao público.

Objetivo Operacional 3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD

A visão global, compreensiva e integrada dos comportamentos aditivos e das dependências determina uma atenção permanente à prestação dos cuidados efetivos aos cidadãos, concretizada em atividades de monitorização das intervenções enquanto garante da adequação das respostas prestadas, nos seus diferentes níveis de especialização. Em continuidade com o trabalho já iniciado em anos anteriores, nomeadamente no que se refere à Rede de Referência / Articulação no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, o ano de 2015 será marcado pelo desenvolvimento da sua implementação, o que determinará o envolvimento ativo da DPI nas tarefas de coordenação e participação em iniciativas de formação e de acompanhamento deste processo, em articulação com a DGS e as ARS, I.P., bem como na conceção de instrumentos de monitorização e na própria avaliação da sua evolução.

Serão ainda fomentadas as atividades de monitorização das intervenções das estruturas do terreno, a nível das respostas no âmbito do tratamento e da reinserção, registando-se desenvolvimentos específicos neste âmbito, nomeadamente no que se refere aos utentes inseridos em programas farmacológicos com opioides.

Objetivo Operacional 4. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras intervenções

O Programa de Respostas Integradas (PRI) é um programa de intervenção específica que integra respostas interdisciplinares e multisectoriais, com alguns ou todos os tipos de intervenção (prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção) e que decorre dos resultados do diagnóstico de um território identificado como prioritário.

Com a implementação de respostas integradas, nos territórios onde já existem intervenções a decorrer e/ou onde existem meios que não estão suficientemente rentabilizados, pretende-se que seja feita uma reorganização dos recursos disponíveis, potenciando as mais-valias em função das necessidades identificadas. No caso de não existir qualquer resposta ou esta ser insuficiente, são abertos procedimentos concursais, de modo a colmatar as necessidades identificadas ou suprir áreas lacunares existentes. Pretende-se investir em programas e projetos que evidenciem qualidade técnica e um rigor de avaliação em termos de processo e resultados, baseados em instrumentos adaptados para esse fim.

Neste âmbito está previsto para 2015 o acompanhamento, monitorização e avaliação dos projetos em execução, inseridos nos Programas de Respostas Integradas e decorrentes dos procedimentos concursais realizados em 2013 e 2014. Assim, além da adaptação e divulgação junto das estruturas operacionais, dos instrumentos necessários para a avaliação das intervenções, irá dar-se continuidade, em estreita articulação com os interlocutores envolvidos na operacionalização das diferentes fases do PORI, à monitorização dos projetos, tendo por finalidade a harmonização das práticas existentes nos diferentes níveis operacionais de intervenção, bem como assegurar a qualidade das intervenções junto dos grupos alvo.

Por forma a uniformizar e assegurar o acompanhamento e monitorização dos projetos apoiados nos diferentes tipos de intervenção de acordo com os instrumentos e metodologias utilizadas, prevê-se, ainda, o acompanhamento do processo de construção, testagem e validação do Sistema Integrado de Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS).

A nível de outras intervenções, serão priorizadas as atividades de articulação com entidades que operam em áreas relevantes para a problemática dos CAD, visando a atualização de protocolos abrangentes (ISS, SCML) que permitam a agilização da prestação de cuidados integrados aos utentes das estruturas do terreno. Saliente-se ainda as iniciativas previstas conducentes à atualização dos Contratos de Convenção entre o SICAD e entidades privadas que operam na área do tratamento dos CAD, as

quais se tornam necessárias à luz das disposições constantes no Despacho dos Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Saúde Nº 16938/ 2013 de 31 de dezembro.

Objetivo Operacional 5. Colaborar no desenvolvimento do SIM na recolha e tratamento de informação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos CAD

As atividades previstas para 2015 no domínio do desenvolvimento do instrumento principal de monitorização e acompanhamento de evolução dos CAD irão privilegiar a geração e a análise de informação que permitam a tomada de decisão em tempo útil, aos mais diferentes níveis (gestão clínica, intervenções), de forma a fomentar a adaptação ágil dos dispositivos às características do fenómeno e sobretudo às reais necessidades dos cidadãos com CAD, assim promovendo a eficácia e qualidade das intervenções, e consequentemente, maximizando os ganhos em saúde, que individual quer pública.

Objetivo Operacional 6. Dinamizar a intervenção nos problemas (re)emergentes, no âmbito dos CAD

Para além de se continuar a privilegiar o conhecimento sobre estes fenómenos, em 2015 visar-se-á a planificação de intervenções, que neste âmbito, respondam adequada e eficazmente às necessidades identificadas. A concretização destes propósitos conduziu à inclusão no Plano de Atividades para este ano de iniciativas que visam o desenvolvimento de intervenção na problemática do jogo, bem como de uma proposta de projeto que fomente a utilização responsável do medicamento, em colaboração e articulação com *stakeholders* fundamentais em cada uma destas áreas.

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) OE12	1.1. a), f); 1.2. a); b); d);	OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD	Qualidade	II.1.7. Desenvolvimento das Linhas Orientadoras para a Intervenção em RRMD no âmbito dos CAD, em articulação com SH estratégicos (peritos, nomeadamente de Instituições promotoras de projetos e de investigação nesta área específica) (em meses) QUAR	Realização	11 (2013) 12 (2014)	11	1	9	DPI	AO	-	ARS,I.P. Universidades IPSS ONG	Concorr e para os 19 e I42 do PE	3 125	3,7; 3,9
				II.1.11. Desenvolvimento do documento sobre normas e orientações técnicas em Unidades de Desabilitação (em meses)	Realização	11 (2014)	11	1	9	DPI	AO	-	ARS,I.P.	Concorr e para os 19 e I42 do PE	3 125	
				II.1.16. Desenvolvimento da estrutura da Plataforma de suporte à Prevenção (em meses)	Realização	-	11	1	9	DPIC	AO	-	ARS,I.P.	* Concorr e para o I42 do PE	3 125	
				II.1.17. Desenvolvimento e Monitorização do Programa Eu e os Outros (nº reuniões)	Realização	-	2	1	4	DPIC	AO	-		* Concorr e para o I19 do PE	1 3	
				II.1.18. Implementação/desenvolvimento do Programa Eu e os Outros em novos contextos/parcerias nacionais e Internacionais (nº total de realizações/nº total de solicitações)	Realização	-	80%	5%	100%	DPIC	AO	-	DRI	* Concorr e para o 19 do PE	1 3 121	
				II.1.19. Atualização de Documento sobre Linhas de Orientação para o Tratamento e Reabilitação em Comunidade Terapêutica (nº atualizações)	Realização	-	1	0	1	DIT	AO	-	ARS, IP outras entidades	* Concorr e para o I42 do PE	3 125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) OE12	1.1. a), f); 1.2. a); b); d);	OOp1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos CAD (continuação)	Qualidade	II.1.20. Promover a qualidade, a eficiência e eficácia das intervenções: Preparação de instrumentos /produtos conducentes aos processos de melhoria da qualidade no âmbito dos CAD (nº)	Realização	-	1	0	2	DPI/ Assessoria	AO	-	-	* Concorre para os I9 e I42 do PE	125	3.7; 3.9
				II.1.21. Desenvolvimento da Aplicação de instrumento de monitorização e avaliação da implementação de Normas de orientação clínica (meses)	Resultado	-	11	1	9	DIT	AO	-	ARS,I.P. EMSI	* Concorre para o I11 do PE	3	
				II.2.6. Divulgação das Linhas Orientadoras para a Mediação Social e Comunitária no âmbito da Reinserção de pessoas com Comportamentos Aditivos e Dependências (n.º de ações)	Resultado	-	2	1	4	DIT	AO	-	ARS, IP Paceiros Sociais	* Concorre para o I42 do PE	3 17 18 125	
				II.2.7. Difusão das Linhas Orientadoras para a Intervenção em Fisioterapia no âmbito dos CAD (em meses)	Resultado	-	6	1	4	DPI	AO	-	ARS,I.P. ESSA da SCM Lisboa e outras instituições similares APF	* Concorre para o I42 do PE	3 125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 2a) OE 4a) e b) OE 13	1.2 b); c); d); f)	OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos	Eficácia	I2.1.2. Validação de modelo de avaliação de intervensões preventivas (em meses)	Realização	-	11	1	9	DPIC	AO	-	ARS,I.P.	**** Concorre para o I45 do PE	3 122	5.8; 3.8; 8
				I2.1.3. Desenvolvimento e monitorização da intervenção no âmbito dos Comportamentos Aditivos e Dependências no Dia da Defesa Nacional (nº reuniões)	Realização	-	3	1	5	DPIC	AO	-	ARS,I.P.	* Concorre para os I9 e I46 do PE	1 3	
				I2.2.1. Planificação e realização de ações de sensibilização dirigidas a trabalhadores sobre os riscos associados aos CAD (nº de ações)	Realização	10 (2013) 5 (2014)	10	1	12	DPIC	AO	-	ARS,I.P. Entidades Privadas	Concorre para o I19 do PE	3 8	
				I2.2.3. Renovação/Dinamização de protocolos para a intervenção/investigação no contexto do meio laboral (nº)	Resultado	1 (2013) 2 (2014)	1	0	2	DPI/DM I	AO	-	ARS,I.P. Entidades Privadas Universidade s	Concorre para o I9 do PE	3 13	
				I2.2.4. Participação em grupos de discussão interinstitucionais de âmbito nacional e internacional, no contexto dos CAD em meio laboral (nº de participações com a elaboração de um Relatório Final)	Resultado	3 (2013) 5 (2014)	5	1	7	DPI/DM I	AO	-	Parceiros Sociais	-	3 13	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo; **** O indicador é de continuidade, contudo, não foi possível atingir totalmente a meta definida em 2014, correspondendo a taxa de execução a 50% considerando as ações desenvolvidas, não sendo possível apresentar um valor prévio com base no tempo em meses.

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) e b) OE13	1.2 b); c); d); f)	OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos (continuação)	Eficácia	I.2.2.19. Ações de sensibilização dirigidas a diferentes grupo-alvo, em vários contextos, sobre os riscos associados aos CAD (Nº ações)	Resultado	-	4	1	6	DPIC	AO	-	-	* Concorre para os I9 e I19 do PE	8	5.8; 3.8; 8
				I.2.2.7. Apoio técnico e científico a entidades empregadoras e ou profissionais de segurança e saúde, relativamente aos CAD (nº total de respostas/nº total de pedidos de apoio)	Resultado	-	90%	5%	100%	DPI/DMI	AO	-	-	***	3 13 125	
				I.2.2.8. Ações de divulgação de boas práticas a entidades empregadoras (nº ações)	Resultado	4 (2013) 3 (2014)	3	1	5	DPI/DMI	AO	-	-	-		
				I.2.2.12. Desenvolvimento de documento de informação e suporte técnico-científico, dirigidos aos agentes do meio laboral relativamente aos CAD (em meses)	Realização	5 (2014)	11	1	9	DPI/DMI	AO	-	-	** Concorre para o I42 do PE	3 125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

*** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2014	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) e b) OE13	1.2 b); c); d); f)	OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos (continuação)	Eficácia	I2.2.15. Participação em reuniões de planeamento da implementação do protocolo com entidades públicas com intervenção dirigida a Crianças e Jovens em Risco (nº)	Realização	5 (2014)	1	0	2	DIT	AO	-	CNPCJ ARS,I.P.	Concorre para o I45 do PE	3 6 7	5.8; 3.8; 8
				I2.2.14. Consultoria e suporte técnico no âmbito do desenho, implementação e avaliação de intervenções preventivas de carácter seletivo/indicado, dirigidas a crianças e jovens em risco em instituições tutelares e/ou outras (nº relatórios)	Realização	1 (2014)	1	0	1	DPIC	AO	-	ARS,I.P. Instituições Tutelares	-	1 3 7	
				I2.2.20. Consultoria e suporte técnico no âmbito da investigação, formação e avaliação de intervenções em diferentes contextos (nº de relatórios)	Realização	-	2	0	2	DPIC	AO	-	Universidades Entidades privadas	* Concorre para os I25 e I45 do PE	1 3 4 13	
				I2.3.5. Dinamização com suporte técnico-científico dos Membros do FNAS no processo de elaboração e/ou execução dos compromissos (% Membros com compromissos ativos)	Impacte	-	50%	10%	61%	DPIC	AO	-	Parceiros Sociais	* Concorre para os I24 e I25 do PE	1 13 20	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) e b) OE13	1.2 b); c); d); f)	OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos (continuação)	Eficácia	I.2.3.6. Reuniões de planeamento e operacionalização das políticas e intervenções com parceiros estratégicos (nº reuniões)	Realização	-	10	2	13	DPIC	AO	-	Parceiros Sociais	* Concorre para o I9 do PE	3 13	5.8; 3.8; 8
				I.2.3.7. Proposta de reestruturação do site "Diretório do Álcool" (meses)	Realização	-	9	1	7	DPIC	AO	-	-	* Concorre para o I9 do PE	8 3 125	
				I.2.3.8. Desenvolvimento de ações e iniciativas de sensibilização no âmbito do consumo de álcool na evolução da gravidez (nº de ações)	Realização	-	1	0	1	DPI/ DMI	AO	-	ICAP	* Concorre para o I19 do PE	21	
				I.2.4.1. Chamadas respondidas no serviço de atendimento telefónico Linha Vida 1414 (n.º)	Impacte	8155 (2013) 7860 (2014)	7500	1000	8700	DPIC	AO	-	-	-	13 19	
				I.2.4.2. Atualizações do sítio www.tu-alinhas.pt (nº)	Resultado	146 (2013) 125 (2014)	170	50	240	DPIC	AO	-	-	-	1 13 19	
				I.2.4.3. Número de visitas ao sítio www.tu-alinhas.pt (nº.)	Impacte	60.000 (2013) 68.235 (2014)	68.500	2.000	71.000	DPIC	AO	-	-	-	1 13 19	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4a) e b) OE13	1.2 b); c); d); f)	OOp2. Desenvolver modelos e programas de intervenção adequados, de acordo com necessidades diagnosticadas, dirigidos a grupos e/ou contextos específicos (continuação)	Eficácia	I2.4.4. Número de e-mails respondidos no serviço de e-mail da Linha Vida, face ao número de e-mails recebidos (%)	Impacte	100% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	DPIC	AO	-	-	-	1 13 19	5.8; 3.8; 8
				I2.4.5. Realização de um questionário de satisfação dos utentes da Linha Vida (nº)	Realização	1 (2013) 1 (2014)	1	0	1	DPIC	AO	-	-	-	125	
				I2.4.6. Divulgação gratuita da Linha Vida com vista ao aumento da procura do serviço (nº de ações)	Resultado	7 (2013) 3 (2014)	3	1	5	DPIC	AO	-	-	-	8	
				I2.4.7. Desenvolvimento de uma proposta de reformulação do sítio www.tu-alinhas.pt (nº)	Realização	-	1	0	1	DPIC/ EMSI	AO	-	-	* Concorre para o 19 do PE	8 125	
				I2.4.8. Reestruturação do do site: www.tu-alinhas.pt	Realizaçã o	-	11	1	9	EMSI	AO	-	DPI	*	8 125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4 a) e b) OE5 OE11	1.1. a); b); e)	OOp3. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade do cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD	Eficácia	I3.1.2. Coordenação e participação no Grupo Técnico de Acompanhamento da Rede de Referência/Articulação (n.º de reuniões com a realização de memorandos)	Resultado	2 (2014)	2	0	2	DPI	AO	-	ARS,I.P. DGS/PNSM e PNPCT	Concorre para o I9 do PE	13 15	3.7; 3.8; 6.3; 7.3;
				I3.1.3. Participação em ações de formação e em reuniões regionais de acompanhamento da Rede de Referência/articulação entre as ARS,I.P., as respetivas equipas técnicas e demais parceiros (n.º de participações/n.º de solicitações)	Resultado	0 (2014)	80%	5%	90%	DPI	AO	ARS,I.P.	ARS,I.P. DGS/PNSM e PNPCT	Concorre para o I9 do PE	13 15	
				I3.1.4. Produção do Relatório Anual da Rede de Referência/Articulação (n.º)	Resultado	1 (2014)	1	0	1	DPI		ARS,I.P. DGS/PNSM e PNPCT	ARS,I.P. DGS/PNSM e PNPCT	Concorre para os I9, I26 e I27 do PE	13 15	
				I3.2.1. Produção de instrumento de recolha de informação para monitorizar a implementação da Rede de Referência/Articulação (n.º) QUAR	Resultado	-	1	0	1	DPI	AO	-	ARS,I.P. DGS/PNSM e PNPCT	* Concorre para o I27 do PE	3 13 15	
				I3.3.4. Relatório de monitorização das intervenções de reinserção no âmbito dos CAD (n.º de relatórios)	Realização	*	1	0	1	DIT EMSI	AO	-		***	12	
				I3.3.6. Elaboração de Relatórios semestrais dos campos fundamentais do SIM (nº de relatórios)	Realização	-	2	0	2	DIT/ EMSI	AO	-	ARS,I.P.	* Concorre para o I13 do PE	125	
				I3.4.3. Monitorização dos utentes em Programa Farmacológico com opioides (nº relatórios)	Realização	-	3	0	3	DIT/ EMSI	AO	-	ARS,I.P.	* Concorre para o I12 do PE	125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo; *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4 a) e b) OE6 OE13	1.1. c); d); e) 1.2. a); b); c); d); e) 13	OOp4. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras intervenções	Qualidade	I4.1.4. Projetos financiados e acompanhados ao abrigo do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI) (nº) QUAR	Realização	36 (2013) 77 (2014)	73	10	84	DPI	AO	-	-	Concorre para os I20 e I10 do PE	14	1; 5,3; 5,8
				I4.1.6. Consolidação do guião para a "Priorização dos territórios para intervenção" (em meses)	Realização	-	5	1	3	DPI	AO	-	-	* Concorre para o I30 do PE	14	
				I4.2.9. Relatório Anual de Monitorização do Plano Operacional em Respostas Integradas (nº)	Realização	1 (2014)	1	0	1	DPI	AO	-	-	Concorre para o I44 do PE	14	
				I4.2.2. Ações de divulgação dos novos procedimentos junto das estruturas operacionais no terreno (nº.)	Resultado	2 (2013) 7 (2014)	2	1	4	DPI	AO	-	-	** Concorre para o I30 do PE	14	
				I4.2.11. Avaliação dos projetos que concluíram o 1º ano de execução; (percentagem de projetos)	Resultado	-	60%	5%	70%	DPI	AO	-	-	* Concorre para os I30 e I44 do PE	14	
				I4.2.12. Preparação da realização/ atualização dos Contratos de Convenção entre o SICAD e as entidades privadas que operam na área do tratamento dos CAD (n.º de contratos)	Resultado	-	54	2	57	DIT	AO	-	ARS, I.P. e Instituições privadas e do setor social	* Concorre para o I9 do PE	3 13 25	
				I4.2.6. Revisão de instrumentos na área da redução de riscos e minimização de danos, nomeadamente formulários de candidatura e de relatórios de avaliação final (em meses)	Realização	6 (2014)	9	1	7	DPI	AO	-	-	-	3 26 125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.1.3. DPI - Direção de Serviços de Planejamento e Intervenção (DPIC - Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária e DIT - Divisão de Intervenção Terapêutica) - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE4 a) e b) OE6 OE13	1.1. c); d); e) 1.2. a); b); c); d); e) 13	OOp4. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras intervenções (continuação)	Qualidade	I4.2.14. Participação nos Grupos de Trabalho Interinstitucionais para a elaboração e operacionalização de Protocolo de Harmonização de estratégias de intervenção e respostas em CAD na área da reinserção, I.P. (n.º de reuniões)	Realização	-	2	1	4	DIT	AO	-	-	* Concorre para o I9 do PE	3 26	1; 5.3; 5.8
				I4.3.6. Desenvolvimento do acompanhamento do processo de construção, testagem e validação do SIPAFS (nº relatórios)	Realização	-	1	0	2	DPIC/ EMSI	AO	-	-	* Concorre para o I10 do PE	3 125	
OE2a) OE13	1.2. b)	OOp5. Colaborar no desenvolvimento do SIM na recolha e tratamento de informação sobre o trabalho desenvolvido no âmbito dos CAD	Qualidade	I5.4.2. Reformulação da definição dos campos fundamentais do preenchimento do SIM (nº de propostas)	Realização	-	1	0	1	DIT/EMSI	AO	-	ARS,I.P.	-	125	3.9.
OE2a) OE7	1.2.e)	OOp6. Dinamizar a intervenção nos problemas (re)emergentes, no âmbito dos CAD	Qualidade	I6.1.3. Elaboração de uma proposta para o desenvolvimento da intervenção na problemática do jogo (nº de propostas)	Realização	-	1	0	2	DPI/ Assessoria	AO	-	ARS,I.P.	* Concorre para o I32 do PE	3 13 125	3.8; 5.8.
				I6.1.4. Criação de um grupo de trabalho para a elaboração de uma proposta de projeto de utilização responsável do medicamento nas diferentes fases do ciclo de vida do cidadão	Realização	-	1	0	1	DPI	AO	-	INFARMED	* Concorre para os I9 e I32 do PE	3 13 125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

**Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014.

*** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.2. Direção de Serviços de Monitorização e Informação (DMI)

8.2.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Divisão de Estatística e Investigação (DEI)** cabe o exercício das competências definidas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Promover o alargamento da rede de serviços fonte de dados no âmbito do sistema de informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, e desenvolver com esses serviços metodologias de recolha e análise de dados normalizadas com vista à identificação atempada de padrões e tendências que sirvam de apoio à decisão e às intervenções nestes domínios;
- b) Proceder à recolha e tratamento dos dados reunidos nos serviços públicos e organizações privadas com intervenção nestas áreas, incluindo as informações previstas no artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro;
- c) Produzir informação específica para dar resposta a várias solicitações e diversos compromissos nacionais e internacionais, designadamente a elaboração de relatórios anuais sobre a situação do país em matéria de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, e a resposta a questionários periódicos internacionais;
- d) Desenvolver e promover estudos no âmbito de projetos nacionais e internacionais sobre as diversas vertentes associadas ao fenómeno das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e as dependências;
- e) Acompanhar e prestar apoio técnico-científico a projetos de investigação no domínio de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, designadamente estudos de "investigação-ação" com vista a diagnósticos de necessidades e avaliação das intervenções;
- f) Apoiar o desenvolvimento de uma comunidade científica no domínio de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, que facilite a difusão da cultura científica nestes domínios;
- g) Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas, designadamente as previstas nos artigos 7.º e 62.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e no artigo 12.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de outubro;
- h) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

À **Divisão de Informação e Comunicação (DIC)** cabe o exercício das competências definidas nas alíneas a) e c) do artigo 3.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Coordenar, dinamizar e atualizar os diferentes canais de informação, da responsabilidade do SICAD, nomeadamente site SICAD, Intranet, Diretório do Álcool e redes sociais;
- b) Recolher, tratar e divulgar a informação em diversos suportes, sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- c) Assegurar o tratamento e divulgação do espólio documental do SICAD, no âmbito das substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências e garantir o atendimento ao público que a ele se dirija;
- d) Desenvolver produtos de comunicação e divulgação através da gestão e criação de materiais gráficos e multimédia e apoiar na interação com a Imprensa;
- e) Apoiar a edição das publicações do SICAD e a divulgação de publicações nestes domínios;
- f) Assegurar a edição da revista científica Toxicodependências;
- g) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

8.2.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

Objetivo Operacional 11. Divulgação e disponibilização de informação (comum à DEI e à DIC)

Na sua prática de monitorização de indicadores sobre comportamentos aditivos e dependências em Portugal e no âmbito do desenvolvimento de projetos de investigação neste domínio, a DEI tem criado e mantido diversos “reservatórios de dados”, a partir dos quais têm sido publicados diversos estudos e relatórios.

Reconhecido o potencial destes “reservatórios” para o desenvolvimento de estudos nacionais e dada a pertinência da criação e transmissão de conhecimento nesta área, definiu-se como objetivo operacional para este ciclo estratégico a possibilidade de disponibilização de “reservatórios” não cobertos por reserva de confidencialidade, para fins didáticos e de investigação, mediante avaliação do mérito da solicitação.

Neste sentido, estipulou-se como meta para 2015 que todas as solicitações que cumpram os critérios estipulados serão acolhidas.

Cabe ao SICAD assegurar a recolha, tratamento e divulgação dos dados e informação dos serviços públicos e das entidades privadas com intervenção no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, assumindo este Serviço enquanto objetivo estratégico o fomento da partilha e da transmissão da informação e do conhecimento.

Neste contexto, após a sua constituição, o SICAD, através do DMI, manteve a realização de um *relatório anual sobre a situação do país em matéria de drogas e de toxicodependência (caracterização da evolução da situação (DEI) e respostas e intervenções (DIC))*, apresentado, todos os anos, na Assembleia da República. Em 2014, a DEI realizou, pela primeira vez, um *relatório anual caracterizador da situação do país em matéria de álcool*.

Entende-se que a partilha desta informação com os diversos setores da sociedade com interesse neste domínio potencia a cooperação entre estes, na medida em que contribui para que esta se sustente numa base de conhecimento comum. Adicionalmente, a divulgação de informação de carácter nacional, englobando os eixos da Procura e da Oferta, o quadro epidemiológico e as respostas e intervenções, devidamente sistematizados, é um importante alicerce do planeamento de medidas e intervenções que resultem eficazes, eficientes e de qualidade, objetivos estratégicos da atuação do SICAD. Por sua vez, o carácter regular da divulgação desta informação contribui para uma transparência da monitorização e avaliação dos efeitos destas medidas e intervenções.

Para 2015, para além dos dois relatórios já mencionados, a DEI propõe-se realizar e divulgar um primeiro *relatório anual caracterizador da situação do país em matéria de jogo*, com os dados entretanto disponíveis, procurando desta forma contribuir para os objetivos estratégicos já mencionados, agora também relativamente a este comportamento aditivo.

Para além destes três relatórios nacionais de carácter mais abrangente, em 2015 proceder-se-á à divulgação de outros relatórios entretanto concluídos, nomeadamente os dos estudos referidos nos Oop. 7 e 8.

No que diz respeito à gestão e divulgação de informação de carácter técnico-científico o SICAD mantém em funcionamento o Centro de Documentação. Este serviço, especializado na área dos comportamentos aditivos e dependências, é um espaço dedicado à aquisição, tratamento, organização e gestão de documentação desta área. Destinado primordialmente a estudantes, investigadores, profissionais da área, constitui-se, também como uma mais-valia na disseminação de informação sobre CAD ao cidadão.

O Centro dispõe de uma base de dados, única no país, para pesquisa *in loco* e *on-line* contendo mais de 33.500 registos. Esta base de dados é constituída por monografias,

relatórios, trabalhos de investigação, obras de referência e publicações periódicas especializadas nacionais e estrangeiras. Para além desta informação com um carácter mais técnico-científico existe, também, informação noutros suportes, tais como, registos audiovisuais, notícias de imprensa escrita, relatórios e documentação temática em formato eletrónico. Em 2015 procurar-se-á dar continuidade ao trabalho desenvolvido, nomeadamente divulgando de forma sistemática, quer através das listas de distribuição especializadas (Imprensa, Legislação, Eventos e Informação Técnico-científica) quer através da disponibilização, presencial e *on-line*, de estudos e publicações nacionais e internacionais na área dos comportamentos aditivos e dependências.

Para além desta atividade o SICAD tem vindo a apoiar e a realizar a publicação de documentos de referência para esta área, nomeadamente no que diz respeito à publicação de Normas de Orientação para intervenção em CAD e de Teses de Doutoramento que pela sua qualidade se assumem como referencia para os profissionais desta área.

Ainda no âmbito deste Objetivo operacional prevê-se a reedição/elaboração de material informativo sobre CAD que possa ser disponibilizado para utilização em vários contextos de intervenção.

Objetivo Operacional 7. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais

No âmbito desta linha de investigação, que compreende projetos realizados periodicamente com vista à análise de tendências a nível nacional e, em alguns casos, europeu, quanto a determinados indicadores relativos a comportamentos aditivos e dependências, este ano o SICAD procederá à aplicação de um inquérito epidemiológico nacional em meio escolar.

O inquérito epidemiológico nacional em meio escolar será realizado no âmbito do *European School Project Survey on Alcohol and Other Drugs* (ESPAD). O ESPAD consiste num inquérito aplicado a jovens de 16 anos em mais de 40 países europeus. Trata-se do maior projeto internacional do mundo quanto à investigação sobre utilização de substâncias por adolescentes, correspondendo 2015 à sua 6ª edição. É de notar que para além da utilização de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, este inquérito permite aprofundar o conhecimento sobre a relação dos jovens com a internet, bem como as práticas de jogo (*gaming* e *gambling*).

À semelhança da edição anterior, em 2011, o SICAD, em parceria com o Ministério da Educação, aplicará este inquérito a um grupo alvo mais abrangente de jovens, dos 13 anos aos 18 anos (Estudo sobre Consumo de Tabaco, Álcool e Drogas – ECATD).

Objetivo Operacional 8. Desenvolvimento de projetos em novas linhas de investigação

No âmbito das novas linhas de investigação enquadram-se os estudos destinados a aumentar o conhecimento sobre fenómenos específicos, designadamente fenómenos emergentes ou re(emergentes), subgrupos populacionais específicos, estudos de investigação-ação com vista ao diagnóstico de necessidades e avaliação de intervenções em contextos específicos e ainda projetos internacionais em áreas inovadoras. Pretende-se prioritariamente, com o conhecimento produzido, apoiar a Coordenação Nacional na definição de políticas adequadas e, a um nível mais específico, contribuir para a implementação de intervenções adequadas para problemas (re)emergentes.

Neste contexto, em 2015 dar-se-á início a um estudo sobre *comportamentos aditivos e dependências junto dos jovens dos Centros Educativos*, em articulação com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Para além do melhor conhecimento deste subgrupo populacional no que diz respeito aos temas apontados, pretende-se com este estudo identificar fatores que suportem a definição de intervenções ajustadas a estes jovens.

Por sua vez, dar-se-á continuidade ao estudo longitudinal iniciado em 2014, sobre os *efeitos das Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência na vida dos indiciados*. No ano anterior implementou-se a fase T0 do estudo, decorrendo durante todo o ano de 2015 e primeiro trimestre de 2016 a fase T1.

Por último, concluir-se-á durante este ano o relatório técnico do estudo sobre o *consumo de álcool na gravidez* para além de uma primeira sinopse sobre o estudo relativo ao fenómeno do jogo – *A experiência do jogo. Jogadores, Trajetórias e Ambientes* – e ainda o relatório sobre “*Avoidable Costs of Addictions*”, no âmbito do projeto “*Costing Addictions*” do ALICE RAP (*Addictions in Contemporary Europe: Refraining Addictions Project*).

Objetivo Operacional 9. Criação de mecanismos e procedimentos com vista ao incremento da eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de informação dos serviços que integram a rede do Sistema Nacional de Informação e à sua adequação às necessidades nacionais e internacionais de informação

A evolução dos sistemas de informação (nomeadamente nos parâmetros da qualidade, eficácia e eficiência) e a sua concomitante adaptação às necessidades de informação constitui-se como uma garantia da pertinência e da qualidade da informação produzida, bem como da celeridade com que esta é disponibilizada para a fundamentação e ajustamento de intervenções no âmbito do planeamento, monitorização e avaliação destas, objetivos estratégicos do SICAD.

Neste âmbito, as prioridades da DEI para 2015 incidirão sobretudo na continuação da adaptação destes sistemas de informação às necessidades relativas aos indicadores-chave e na manutenção da recolha de informação para avaliação de políticas e intervenções.

No primeiro caso, fruto de uma parceria estabelecida em 2014 com o Centro de Estudos Sociais da Universidade Nova de Lisboa, será por este apresentado um *relatório sobre formas de quantificação do consumo de álcool em Portugal*, procurando-se desta forma contribuir para o aumento do número de indicadores-chave disponibilizados no domínio do consumo nocivo de álcool, com a inclusão da medição do consumo de álcool *per capita*.

No segundo caso, prosseguir-se-á a *recolha de toda a informação no âmbito do Sistema Nacional de Informação*, em colaboração com os Serviços Fonte de Dados. Esta informação é incrementada anualmente, tendo correspondido o ano de 2014 a um alargamento do número de indicadores recolhidos sobretudo no domínio do Álcool, o que deu lugar ao primeiro relatório nacional sobre a situação do país nesta matéria. Em 2015, com o plano da realização de um primeiro relatório nacional referente ao jogo, proceder-se-á ao início da recolha sistemática de informação neste domínio. Paralelamente, realizar-se-á a atualização dos reservatórios de dados da responsabilidade do SICAD com a informação disponibilizada pelos parceiros dos setores público e privado no domínio do tratamento das dependências. Ao longo dos anos tem sido feito um esforço para um aumento da eficiência deste processo de atualização, considerando-se que, na conjuntura atual, se atingiu um ponto ótimo, considerando as etapas que estão sob a esfera de controlo do SICAD.

Objetivo Operacional 10. Implementação de procedimentos potenciadores da articulação entre SH e de incentivo à partilha regular de informação e de conhecimento entre diferentes grupos de SH

No âmbito do projeto *European Research Area Network on Illicit Drugs* (ERANID), terá lugar o lançamento da abertura de concursos de investigação (multidisciplinares e multinacionais), cabendo a Portugal a elaboração da plataforma para receção dos mesmos e a sua manutenção.

Objetivo Operacional 12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação

Em relação à área de Comunicação o SICAD tem a sua estratégia enquadrada através do Plano de Comunicação Integrada (PCI) que inclui, a definição de estratégias de atuação, quer ao nível da comunicação interna quer ao nível da comunicação externa, que potenciem o papel do SICAD, enquanto serviço coordenador na área dos comportamentos aditivos e dependências, nesse sentido procurar-se-á, durante o ano de 2015, consolidar a sua implementação através da concretização de ações consideradas fundamentais.

No que diz respeito à organização e apoio a eventos, para além dos eventos habituais tais como organização do Fórum Nacional Álcool e Saúde e da Cerimónia de Apresentação do Relatório Nacional à Assembleia da República entre outros, destacamos para o ano de 2015 a colaboração na organização da conferência LISBON ADDICTIONS 2015. Esta Conferência resulta de uma organização conjunta entre SICAD, Journal Addiction, EMCDDA e International Society of Addiction Journal Editors.

A imagem institucional do SICAD, tanto ao nível interno como ao nível externo, está bem definida pelo trabalho efetuado nos anos transatos. Em 2015, o SICAD continuará a desenvolver, gerir e construir uma imagem consolidada da sua “marca” nos seus produtos e serviços, tanto para uso interno dos profissionais deste Serviço, que contribua para a melhoria dos processos de trabalho e tarefas inerentes aos seus profissionais, como para utilização externa que reflita a missão e os valores do SICAD e seja uma mais-valia para os profissionais e os cidadãos que usufruem dos produtos e serviços desenvolvidos por este Serviço.

É, também, um dos objetivos do SICAD manter o tema dos comportamentos aditivos e dependências na ordem do dia, através do desenvolvimento da área de relações públicas e contacto próximo com a imprensa.

Objetivo Operacional 13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação

Assumindo que as novas tecnologias, enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação, se assumem hoje como uma ferramenta essencial quer ao nível da comunicação interna quer ao nível da comunicação externa das organizações o SICAD tem procurado potenciar esta área a nível interno, nomeadamente através da *Intranet*. Neste sentido, potenciar a utilização da *Intranet* no SICAD, introduz como vantagens imediatas a partilha alargada de recursos de informação e utilitários, a circulação eficiente de informação interna, bem como o uso de um conjunto de recursos e serviços estáveis, fiáveis e abrangentes.

Sendo a página eletrónica do SICAD um excelente veículo de comunicação, já que facilita aos utilizadores o acesso imediato a todo o tipo de informação considerada relevante na área dos CAD, é extramente importante a sua constante dinamização e atualização com conteúdos pertinentes e credíveis. Nesse sentido em 2015 o SICAD apostará na continuidade deste trabalho procurando potenciar esta ferramenta fundamental na comunicação das instituições com o seu público-alvo. Uma das prioridades para o ano de 2015 será a de potenciar o *site* SICAD permitindo a divulgação de informação disponibilizada, também, nas redes sociais

Em relação à página eletrónica do Diretório do Álcool esta constitui-se como um instrumento acessível e aglutinador de informação sobre uso nocivo do álcool. Assim, em 2015, O SICAD continuará a trabalhar tendo por objetivo tornar esta plataforma a referência informativa nacional para a temática do álcool.

No que diz respeito à Joint Action RAHRA decidiu-se, em 2014, pela criação de dois *sites* independentes (RARHA e RARHA Membro) esta opção exigirá, em 2015, a continuidade da sua gestão e a atualização.

Importa, também, referir, no âmbito do Programa COPOLAD (Programa de Cooperación entre América Latina y la Unión Europea en Políticas sobre Drogas) o SICAD, através da DIC, participa ativamente na criação e implementação de uma base de dados, BIDA- Biblioteca Ibero-americana de Dependências, tendo assumido um compromisso na gestão e introdução de registos bibliográficos, de documentos nacionais e divulgação do catálogo de revistas assinadas pelo Centro de Documentação do SICAD. Para além destas atividades cumpre-lhe, ainda, responder às várias solicitações dos parceiros envolvidos na divulgação e disponibilização de documentos técnico-científicos na área das dependências. Importa referir que a BIDA é uma plataforma virtual para a gestão descentralizada e especializada na área da informação e conhecimento em drogas e dependências.

Para além desta atividade destacamos para 2015 a criação de um perfil SICAD para presença nas Redes Sociais.

Objetivo Operacional 23. Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas

Em 2015, o SICAD continuará a assegurar os procedimentos relativos às suas competências no âmbito do mercado lícito de drogas (designadamente as previstas nos artigos 7º e 62º do Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de janeiro e no artigo 12º do decreto Regulamentar nº 61/94 de 12 de outubro).

Neste âmbito, assegurará a manutenção das bases de dados sobre pedidos de licenciamento, comunicações de importações/exportações e pedidos de cedência de drogas para fins didáticos ou de investigação, dando resposta a todas as solicitações nesta matéria

8.2.3. DMI - Direção de Serviços de Monitorização e Informação - Objetivo comum à DEI - Divisão de Estatística e Investigação e à DIC - Divisão de Informação e Comunicação - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE1 OE9	2.1. c); h) 2.2. b), e), g)	OOp11. Divulgação e disponibilização de informação	Qualidade	I11.1.1. Reservatórios de dados disponibilizados face aos solicitados (de acordo com critérios) (%)	Realização	100% (2014)	100%	0	100%	DEI	AO	-	-	Concorre para o I1 do PE	79;80; 92;93	1.1 1.4
				I11.2.1. Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2014 (em meses) QUAR	Resultado	12 (2013) 11 (2014)	11	0	10	DEI/DIC	AO	-	-	Concorre para o I2 do PE	92 93	
				I11.2.2. Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool – 2014 (em meses) QUAR	Resultado	12 (2014)	12	0	11	DEI/DIC	AO	-	-	Concorre para o I2 do PE	92 93	
				I11.2.5. Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Jogo – 2014 (em meses)	Resultado	-	12	0	11	DEI	AO	-	-	Concorre para o I2 do PE	92 93	
				I11.2.6. Conclusão do Relatório Anual das Unidades de Desabilitação Públicas – 2012 (em meses)	Resultado	11 (2013) 10 (2014)	10	0	9	DEI	AO	-	-	-	-	
				I11.2.3. % de respostas a compromissos interinstitucionais dentro dos prazos	Realização	100% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	DEI	AO	-	-	Concorre para o I36 do PE	79 80	
				I11.2.4. % de respostas a outros pedidos de informação	Realização	100% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	DEI	AO	-	-	Concorre para o I36 do PE	79 80	
				I11.3.1. Novos registos em bases de dados bibliográficas (Nº)	Resultado	1579 (2013) 897 (2014)	1.000	100	1.101	DIC	AO	-	-	-	104	
				I11.5.1. Publicações editadas (N.º publicações editadas ou reeditadas 2015 / N.º de solicitações para editar ou reeditar publicações)	Resultado	100% (2013) 100% (2014)	100%	0	100%	DIC	AO	-	Unidades orgânicas do SICAD e entidades colaboradoras	-	103	
				I11.5.2 Divulgação de materiais informativos ou preventivos (Nº de materiais informativos ou preventivos divulgados/Nº de solicitações)	Resultado	100% (2013) 100% (2014)	100%	0	100%	DIC	AO	-	Unidades orgânicas do SICAD	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014.

8.2.4. DEI - Divisão de Estatística e Investigação - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE1 OE3 OE9 OE10	2.1. d)	OOp7. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais	Qualidade	I7.1. 2. Recolha de dados no âmbito do estudo epidemiológico ESPAD/ECATD (em meses) QUAR	Realização	5 (2011)	4	1	2	DEI	AO	Coordenação Europeia do projeto + coordenadores nacionais	35/40 Países participantes	Concorre para o I37 do PE	85 92 93	3.11
OE1 OE3 OE7 OE9 OE10	2.1. d); e;	OOOp8. Desenvolvimento de projetos em novas linhas de investigação	Qualidade	I8.3.9. Relatório do estudo relativo ao consumo de álcool na gravidez (n.º)	Resultado	-	1	0	1	DEI	AO	-	ARSLVT	* Concorre para o I35 do PE	85 93	3.11; 10.
				I8.3.10. Sinopse do estudo relativo ao fenómeno do jogo: A experiência do jogo. Jogadores, Trajetórias e Ambientes (nº)	Resultado	-	1	0	1	DEI	AO	-	-	* Concorre para o I1 do PE	85 93	
				I8.3.11. Recolha de dados no âmbito do estudo sobre os efeitos do dispositivo da Dissuasão nos indiciados - fase T1 (em meses)	Realização	-	12	0	11	DEI	AO	-	EMPECO	* Concorre para o I38 do PE	88 92 93	
				I8.3.12. Recolha de dados no âmbito do inquérito nacional sobre comportamentos aditivos e dependências em jovens em Centros Educativos (em meses) QUAR	Realização	-	12	0	11	DEI	AO	-	DGSPR	* Concorre para o I32 e I38 do PE	85 92 93	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

**Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014.

8.2.4. DEI - Divisão de Estatística e Investigação - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2 OE4 OE9 OE11 OE13	2.1. a); b)	OOp9. Criação de mecanismos e procedimentos com vista ao incremento da eficácia, eficiência e qualidade dos sistemas de informação dos serviços que integram a rede do Sistema Nacional de Informação e à sua adequação às necessidades nacionais e internacionais de informação	Qualidade	I9.2.2. Relatório do estudo sobre a medição da quantidade de álcool ingerida em Portugal (nº)	Realização	-	1	0	1	DEI	AO	-	-	* Concorre para o I34 do PE	79 80	3.9
				I9.3.1. Serviços fonte de dados da rede do Sistema Nacional de Informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, com informação recolhida (%)	Realização	100% (2013) 100% (2014)	100%	-	100%	DEI	AO	-	Serviços Fonte de Dados (Interministeriais)	-	79 80 81 92 93	
				I9.3.2. Atualização anual dos reservatórios de dados provenientes dos serviços do Sistema Nacional de Informação sobre substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências (em meses)	Realização	9 (2013) 8 (2014)	8	1	6	DEI	AO	-	Serviços Fonte de Dados (Interministeriais)	-	79 80 92 93	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

**Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014.

8.2.4. DEI - Divisão de Estatística e Investigação - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE1 OE11 OE2 OE3	2.1. a); c); f)	OOp10. Implementação de procedimentos potenciadores da articulação entre SH e de incentivo à partilha regular de informação e de conhecimento entre diferentes grupos de SH	Eficácia	I10.3.7. ERANID - Lista de projetos a serem financiados na 1ª Joint Call	Resultado	-	1	0	1	DEI	AO	-	ZonMW (coord.); BELSPO, IVS, DPA, NWPFO	*	89	1.4
OE3	2.1. g)	OOp.23. Assegurar os procedimentos relativos às competências do SICAD no âmbito do mercado lícito de drogas	Eficácia	I23.1. % de solicitações com resposta dada dentro dos prazos definidos	Resultado	100% (2013) 100% (2014)	100%	-	100%	DEI	AO	Infarmed, PJ, Tribunais, AT	Infarmed, PJ, Tribunais, AT	Concorre para o I36 do PE.	-	1.4

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

**Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014.

8.2.5. DIC - Divisão de Informação e Comunicação - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE1 OE2 OE15 OE16	2.2. a), d); g)	OOp12. Criar e implementar uma estratégia de comunicação	Qualidade	I12.1.5. Relatório de Avaliação da Implementação do Plano de Comunicação Integrada: comunicação interna e comunicação externa (n.º) (QUAR)	Resultado	-	1	0	2	DIC	AO	-	-	* Concorre para o I5 do PE	-	3.9
				I12.2. Apoio e organização de eventos (n.º)	Resultado	9 (2013) 10 (2014)	7	1	9	DIC	AO	-	EMPECO DGR	** Concorre para o I3 do PE	89 101	
				I12.3.2. Elaboração e atualização de peças gráficas de carácter institucional (n.º).	Resultado	33 (2014)	30	2	33	DIC	AO	-	-	**	-	
				I12.4.2. Acompanhamento aos pedidos de informação da imprensa referenciados pela direção (%)	Realização	100% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	DIC	AO	-	-	-	-	
OE1 OE11 OE15 OE16	2.2. a), b)	OOp13. Potenciar as novas tecnologias enquanto canais de partilha de informação, conhecimento e comunicação	Eficácia	I13.1.1 Atualização da intranet SICAD	Realização	100% (2014)	90%	5%	100%	DIC	AO	-	Unidades orgânicas do SICAD	Concorre para os I49 e I52 do PE	-	3.9
				I13.2.7. Atualização e monitorização do site RARHA	Realização	-	90%	5%	100%	DIC	AO	-	Entidades que participam na RARHA	*	100	
				I13.2.5. Atualização e monitorização do site SICAD	Realização	100% (2014)	90%	5%	100%	DIC	AO	-	Unidades orgânicas do SICAD	Concorre para o I52 do PE	92 93 99	
				I13.2.6. Relatório de monitorização do site SICAD e do Diretório do Álcool (n.º)	Realização	1 (2014)	1	0	1	DIC	AO	-	-	Concorre para o I4 do PE	-	
				I13.3.2. Atualização do diretório do álcool	Realização	100% (2014)	90%	5%	100%	DIC	AO	-	Secretário do Fórum; Membros do Fórum e Unidades orgânicas do SICAD	-	100	
				I13.3.4. Criar perfil SICAD para presenças nas Redes Sociais	Realização	-	1	0	2	DIC	AO	-	-	*	100	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada;

* Indicador Novo;

**Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014.

8.3. Divisão de Gestão de Recursos (DGR)

8.3.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Divisão de Gestão de Recursos** compete:

- a) Elaborar e gerir os mapas de pessoal do SICAD e CDT mantendo atualizado o sistema de informação de organização do Estado;
- b) Efetuar o processamento das remunerações e outros abonos, assegurar o processamento dos descontos, o controlo de assiduidade, elaborar os mapas de férias e organizar e manter atualizados os processos individuais dos trabalhadores do SICAD e CDT;
- c) Executar os procedimentos administrativos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego público dos trabalhadores do SICAD e CDT, bem como organizar e instruir processos de nomeação e renovação de comissões de serviço de pessoal dirigente;
- d) Assegurar a receção, registo, distribuição e expedição de toda a correspondência, bem como assegurar o trabalho de reprografia e da central telefónica;
- e) Aplicar o Sistema de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP 2 e 3) do SICAD e das CDT e elaborar o balanço social;
- f) Desenvolver e dinamizar planos de formação, nas áreas definidas como prioritárias, assegurando a qualificação e melhoria contínua dos trabalhadores do SICAD e das CDT;
- g) Elaborar, planear e gerir os orçamentos de funcionamento, de investimento e assegurar a sua execução, bem como elaborar a conta de gerência;
- h) Assegurar o cumprimento integral de todo o sistema de contabilístico imposto pelo POCP e demais legislação relacionada e assegurar o desenvolvimento das ações necessárias ao cumprimento de todas as obrigações de natureza contributiva e fiscal;
- i) No âmbito do Plano Anual de Compras (PAC) executar os procedimentos para aquisição de bens e serviços, assegurar a gestão dos bens consumíveis, preparar e executar os contratos de fornecimento de serviços;
- j) Manter atualizado o cadastro e inventário dos bens de património, assegurar as atividades de manutenção e conservação das instalações e dos equipamentos, bem como atualizar as bases de dados referentes ao património (imóveis, parque automóvel, inventário);
- k) Planificar e gerir os recursos informáticos e a rede de comunicações;
- l) Apoiar os utilizadores na exploração dos sistemas informáticos;

- m) Administrar e manter os sistemas de informação de utilização interna;
- n) Monitorização do funcionamento dos sites Internet e intranet;
- o) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

Atendendo à importância crescente da área dos sistemas de informação tornou-se necessário constituir uma Equipa Multidisciplinar que englobou as atribuições referidas nas alíneas k), l), m) e n) acima mencionadas tal como consta do despacho n.º 328/2014, de 8 de janeiro.

8.3.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

Objetivo Operacional 16. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos

Pretende-se dotar os serviços, SICAD e CDT, com os recursos humanos necessários para satisfazer as necessidades existentes por forma ao cabal desenvolvimento das suas atividades, atendendo às imposições do meio envolvente.

A implementação do serviço de saúde ocupacional em 2015, para os profissionais do SICAD e CDT, visa por um lado o cumprimento de uma obrigatoriedade imposta por Lei mas também satisfazer o imperativo de proteção da saúde e da própria satisfação profissional dos trabalhadores.

Mantém-se a aposta na qualificação profissional através da formação, enquanto coinvestimento, por forma a adquirir, desenvolver e atualizar conhecimento.

Objetivo Operacional 17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais

A par do planeamento e gestão dos recursos humanos, propomo-nos planear e gerir os recursos financeiros de forma eficaz, promovendo a elaboração do orçamento e o acompanhamento da sua execução. Elaboração da conta de gerência, processar e liquidar despesas autorizadas, cobrança da receita proveniente dos tribunais, jogos sociais e de coimas aplicadas pelas CDT.

Efetuar todos os procedimentos para as aquisições de bens e serviços, tendo como objetivo a redução da despesa e elaborar o Plano Anual de Compras.

Na gestão dos recursos patrimoniais, impera a manutenção de forma atualizada das plataformas relativas aos imóveis (SIIE) e do Parque de veículos do Estado (SGPVE).

8.3.3. DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE2a) OE 8 OE 14 (O)	3.2.a) ; b);c); e); f)	OOp16. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos	Qualidade	I16.2.2. Implementação de um serviço de saúde ocupacional SICAD/CDT (em meses)	Realização	-	6	1	4	DGR/ DMI/ DPI	AO	-	-	A execução transitou de 2014	-	3.10
				I16.3.2. Manutenção da plataforma da aplicação informática GeADAP do SICAD (em meses) e criação da plataforma da aplicação informática GeADAP das CDT (em meses)	Realização	12 (2014)	10	1	8	DGR	AO	ESPAP	-	-	-	
				I16.3.3. Aplicar o SIADAP a todos os profissionais abrangidos por este sistema de avaliação (em meses).	Realização	-	7	1	5	Todas as Unidades orgânicas	AO	-	-	*	-	
				I16.4. Plano de Formação do SICAD e CDT (em meses)	Realização	11 (2013)	5	1	3	DGR/ EMPECO	AO	-	-	-	-	
				I16.6. Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%) QUAR	Impacto	68% (2011) 88% (2012) 100% (2013) 86% (2014)	75%	10%	86%	DGR	AO	-	-	** Concorre para os I47 e I48 do PE	-	
				I16.12. Procedimentos concursais internos (tempo de execução das tarefas, desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Impacto	-	4	1	6	DGR	AO	-	-	***	-	
				I16.8. Relatório estatístico do Balanço Social do SICAD e das CDT (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	-	10	1	12	DGR	AO	-	ACSS/ DGAEP	***	-	
				I16.9. Atualização do sistema de informação de organização do Estado (SIOE) - (janeiro, abril, julho e outubro). (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis).	Realização	-	2	1	4	DGR	AO	-	-	***	-	
				I16.10. Mapas mensais de pessoal do SICAD e das CDT e mapas de efetivos (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	-	2	1	4	DGR	AO	-	-	***	-	
				I16.11. Relatórios SIADAP SICAD e CDT (em meses)	Realização	9 (2013) 12 (2014)	8	1	7	DGR	AO	-	-	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.3.3 DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 (O)	3.2. g); h); i); j);	OOp17. Planejar e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais	Eficiência	I17.1. Preparação, execução e gestão do orçamento do SICAD. (em meses)	Realização	12 (2013) 12 (2014)	12	0	12	DGR	AO	-	-	-	-	4.
				I17.2. Processar e liquidar as despesas autorizadas (em meses)	Realização	12 (2013) 12 (2014)	12	0	12	DGR	AO	-	-	-	-	
				I17.3.11. Percentagem de redução de despesas de funcionamento em relação ao orçamento corrigido.	Realização	5% (2014)	3%	1%	5%	DGR	AO	-	-	Considerando as poupanças já efetuadas em 2014, a meta para 2015 é inferior ao ano histórico.-	-	
				I17.3.2. Registo e atualização dos contratos plurianuais no sistema (SCEP) (janeiro, abril, julho, outubro) (desvio de antecipação, em n.º de dias).	Realização	-	15	1	17	DGR	AO	-	-	***	-	
				I17.3.3. e 3.4. Atualização mensal das plataformas relativas aos imóveis (SIIE), Parque veículos do estado (SGPVE). Prestação trimestral de 80% dos consumos energéticos. Relatórios de publicidade institucional (janeiro, abril, julho e outubro). (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis).	Realização	-	5	1	7	DGR	AO	-	-	***	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.3.3 DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 (O)	3.2. g); h); i); j);	OOp17. Planear e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais (continuação)	Eficiência	I17.3.5. Efetuar o Plano anual de compras (desvio de antecipação, n.º de dias úteis, da apresentação do documento)	Realização	-	5	1	7	DGR	AO	-	-	***	-	4.
				I17.3.6. Assegurar as respostas a solicitações externas de informação nas áreas: recursos humanos, económica e financeiros e compras (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis, da apresentação da informação)	Realização	-	2	1	4	DGR	AO	-	-	***	-	
				I17.3.7. Publicação de todos os procedimentos de aquisição de bens e serviço no portal BASE.GOV. (desvio de antecipação, em n.º de dias úteis, da publicação).	Realização	-	5	1	7	DGR	AO	-	-	***	-	
				I17.3.8. Pedidos de parecer prévio às Finanças e a AMA (nos casos aplicável), bem como, comunicação dos pareceres genéricos favoráveis, com um downtime inferior a 45 dias	Realização	-	30	5	24	DGR	AO	-	AMA/Ministério Finanças	***	-	
				I17.3.9. Apoio administrativo e logístico às CDT. (após a solicitação da intervenção, a resposta num prazo máximo de dias).	Realização	-	6	1	4	DGR	AO	-	-	***	-	
				I17.4. Preparação, elaboração e apresentação do Orçamento do SICAD para 2016 (duração dias)	Realização	45 (2013) 15 (2014)	30	5	24	DGR	AO	-	-	**	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.3.3 DGR – Divisão de Gestão de Recursos - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013- 2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 (O)	3.2. g); h); i); j);	OOp17. Planejar e gerir os recursos financeiros, materiais e patrimoniais (continuação)	Eficiência	117.3.10. Reporte anual à Inspeção Geral de Finanças, janeiro, das subvenções concedidas em 2014. (desvio de antecipação, em n.º de dias).	Realização	-	5	1	7	DGR	AO	-	-	*	-	4.
				117. 5. Conta de Gerência de 2014 (desvio de antecipação, em n.º de dias úteis)	Realização	-	3	1	5	DGR	AO	-	-	***	-	
				117.16. Prestação mensal de informação à DGO sobre Fundos disponíveis, deslocações e estadas, mapas dos pagamentos em atraso, Unidade de tesouraria, previsão mensal da receita e da despesa (desvio médio de antecipação, em n.º de dias úteis).	Realização	-	2	1	4	DGR	AO	-	-	*	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.4. Divisão de Relações Internacionais (DRI)

8.4.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Divisão de Relações Internacionais**, cabe-lhe o exercício das competências definidas na alínea e) do artigo 3.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Acompanhar a política de relações internacionais, no domínio das competências e atribuições do SICAD, assegurando a participação e promovendo a coordenação da representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da União Europeia, bem como noutros fora de âmbito internacional;
- b) Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado Português, decorrentes de instrumentos internacionais, no âmbito das Nações Unidas, do Conselho da Europa e da União Europeia, no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências;
- c) Assegurar a articulação permanente com o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, nomeadamente através do cumprimento das suas obrigações enquanto ponto focal nacional da Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências e garantindo a implementação do Acordo Anual de Subvenção REITOX;
- d) Estabelecer relações de cooperação com entidades congéneres e analisar as implicações resultantes da participação de Portugal em acordos e projetos de cooperação multilateral ou bilateral no domínio das competências e atribuições do SICAD, bem como acompanhar a sua execução;
- e) Promover a participação em programas/projetos de âmbito internacional, no domínio das substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e das dependências, que permitam o intercâmbio de boas práticas e de experiências;
- f) Promover a divulgação de projetos e boas práticas nacionais junto de outros países e organizações internacionais interessados;
- g) Promover e coordenar a resposta a questionários solicitados por organizações internacionais em matérias da competência do SICAD;
- h) Organizar, acompanhar e apoiar a visita de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal no âmbito das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências;
- i) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na

coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

8.4.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

Objetivo Operacional 14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional

Em 2015, o SICAD continuará a assegurar a representação nacional nas reuniões do Grupo Horizontal Drogas (GHD) – grupo transpilar do Conselho da União Europeia responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas. A sua área de competência abrange todos os domínios relevantes do tema “drogas”, cabendo aos demais grupos de trabalho do Conselho informar o GHD dos desenvolvimentos ocorridos em cada um deles, nesta matéria. Um dos principais temas que se irá discutir no decorrer deste ano será a proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às novas substâncias psicoativas. A Comissão Europeia apresentou a proposta em outubro de 2013, com o intuito de reforçar a capacidade da UE responder ao problema destas substâncias usadas como alternativa às drogas ilícitas. O assunto foi discutido de forma sistemática e com o objetivo de se negociar um texto de compromisso, mas as discussões não foram concluídas e continuam no decorrer de 2015.

O SICAD assegurará igualmente a representação nacional nas Reuniões Semestrais dos Coordenadores Nacionais da Droga, organizadas pelas Presidências em exercício do Conselho da União Europeia. Estes encontros constituem um importante fórum de diálogo e debate entre os responsáveis nacionais pelas políticas de luta contra a droga, permitindo a troca de informações relativas à evolução registada a nível nacional, a análise das possibilidades de reforço da cooperação e a discussão de temas específicos de interesse comum.

Em matéria de política de álcool, o SICAD acompanhará os trabalhos desenvolvidos no quadro da União Europeia, designadamente:

- nas diversas reuniões do *Comité de Política Nacional e Ação sobre o Álcool* (CNAPA) no qual estão representados todos os Estados-membros da UE. Este Comité tem por objetivo coordenar as políticas desenvolvidas para reduzir os efeitos nocivos do álcool a nível nacional e local, com base nas boas práticas identificadas na Estratégia da UE para apoiar os Estados-membros na

minimização dos efeitos nocivos do álcool. Em 2015, o trabalho deste Comité assumirá particular relevância na medida em que a grande maioria dos Estados Membros tem vindo a apoiar fortemente a continuação dos esforços a nível da UE para combater os efeitos nocivos do álcool e, neste sentido, têm sido dados sinais de que a Comissão Europeia deverá prosseguir o seu trabalho em matéria de álcool e saúde, e desta forma, desenvolver uma nova estratégia europeia sobre o álcool.

Assim, na sequência da elaboração de um *scoping paper* com as linhas orientadoras para elaboração da nova estratégia, exercício que decorreu em 2014 e que foi levado a cabo por um grupo de redação restrito, com a participação de apenas 4 Estados Membros, e do qual Portugal fez parte, 2015 será marcado pelo desenvolvimento que será dado a esta questão, com a apresentação do referido *paper* ao Comissário Europeu “Saúde e Segurança Alimentar”.

- nas reuniões do Fórum Europeu sobre Álcool e Saúde, iniciativa lançada em Junho de 2007, que constitui uma plataforma comum para ação em matéria de álcool, em que os Estados Membros participam como observadores.

No contexto da Nações Unidas, o SICAD participará, como habitualmente, na 58ª sessão anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas (CND), estrutura que, no âmbito das Nações Unidas, é responsável por todas as questões relativas à luta contra a droga e a toxicodependência. Esta 58ª sessão incluirá um segmento especial de preparação da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas (UNGASS), que terá lugar em 2016. 2015 será, pois, marcado pelo processo preparatório da UNGASS, em que Portugal terá um protagonismo acrescido, na medida em que assumirá uma das vice Presidências do *Board* encarregue da sua preparação. O SICAD participará ativamente em todo este exercício.

Com a adoção, na 63ª Sessão da Assembleia Mundial da Saúde, da Estratégia Global para reduzir os efeitos nocivos do álcool foi estabelecida uma rede de parceiros nacionais (*national counterparts*) que supervisionam a implementação da Estratégia nos seus países, garantindo uma colaboração estreita e eficaz entre os Estados Membros e a Organização Mundial da Saúde (OMS)/Europa. Esta rede de *national counterparts* reúne-se, por norma, uma vez por ano, promovendo a discussão técnica da implementação da Estratégia nos seus diferentes níveis. O SICAD assegurará a representação nacional na reunião a decorrer em 2015.

No âmbito das atividades do Grupo Pompidou (GP) do Conselho da Europa, para além do acompanhamento regular da implementação do Programa de Trabalho 2015-2018, subordinado ao tema 'Drug policy and human rights: new trends in a globalised context', é de assinalar a participação nacional em atividades sobre temáticas específicas, dando visibilidade ao trabalho desenvolvido a nível nacional em várias vertentes. De referir em particular, a participação nas atividades da rede Med-Net (Mediterranean network for cooperation on drugs and addictions), que visa promover a cooperação, o intercâmbio de experiências e a partilha de conhecimento entre os países participantes (Argélia, Chipre, Egito, França, Grécia, Itália, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Portugal e Tunísia). Em 2015, estão previstas três mesas redondas *on drug policy and setting up of national monitoring centers*, a realizar no Egito, em Marrocos e na Tunísia.

Importa ainda mencionar a participação do SICAD no grupo restrito de peritos sobre "Analysing policy coherence, costs, impact and potentially adverse effects of drug policy measures", criado com o objetivo de analisar os custos e os efeitos das diferentes políticas não só em termos do seu impacto imediato, mas também enquanto contributo para fazer as escolhas certas e para a compreensão do retorno do investimento. O relatório elaborado pelo grupo de peritos servirá de base a um *Policy Paper* sobre esta temática, a ser adotado pelos Correspondentes Permanentes até ao final do ano.

O Diretor Geral do SICAD é, por inerência de funções, o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool. Nesta qualidade, procura garantir uma eficaz articulação entre os diferentes departamentos governamentais envolvidos nesta problemática. É neste sentido que se procurará fazer a coordenação nacional das respostas a solicitações efetuadas no contexto das Nações Unidas, exercício algo complexo, na medida em que para tal é necessário recolher e compilar os contributos dos demais Ministérios/Serviços envolvidos nas matérias em apreço. O SICAD desenvolverá diversas atividades que incluem a recolha, análise e disseminação da informação, a elaboração de vários relatórios de implementação e a participação nas reuniões regulares e grupos de trabalho sobre temas específicos.

Das atividades a executar pelo SICAD em 2015, enquanto Ponto Focal Nacional da REITOX, é de salientar a elaboração do Relatório anual "Portugal New developments, trends and in-depth information on selected issues", assim como a elaboração de dois *Workbook* voluntários sobre Políticas de Droga e Legislação e a continuação do

acompanhamento do processo em curso relativo aos indicadores para a redução da oferta, com a revisão dos instrumentos de recolha e contribuição para o segundo relatório "EU drug markets". Importa ainda referir a implementação do Mecanismo Europeu de Alerta Rápido das novas substâncias psicoativas, que tem assumido importância crescente, tendo em conta a dimensão do fenómeno das novas substâncias psicoativas e o número crescente de substâncias identificadas no contexto europeu.

Objetivo Operacional 15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD

Com o objetivo de reforçar as relações de colaboração/cooperação com os Países de Língua Portuguesa, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga, a toxicodependência e o uso nocivo do álcool, será elaborado e assinado no decorrer de 2015 um Memorando de Entendimento, tendo em vista o desenvolvimento de ações de cooperação.

O SICAD desenvolverá um conjunto de iniciativas com vista ao intercâmbio de experiências, e em resultado do interesse e do reconhecimento internacional que a política portuguesa em matéria de substâncias psicoativas, de comportamentos aditivos e de dependências tem suscitado, em 2015 o SICAD manterá a prática de organizar, acompanhar e apoiar as visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que visitem Portugal para conhecer *in loco* a política nacional.

Igualmente em matéria de intercâmbio de experiências, perspetiva-se que o ano de 2015 continuará a ser marcado pelas solicitações externas que o Diretor Geral do SICAD e Coordenador Nacional receberá para se deslocar a outros países, com vista à sua participação em eventos para dar a conhecer os resultados da política portuguesa em matéria de CAD, bem como as boas práticas desenvolvidas pelo nosso país.

Uma atividade que importa realçar em 2015 é a realização da 1ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências terá lugar em Lisboa, de 23 a 25 de setembro de 2015. Esta Conferência é organizada pelo SICAD em conjunto com a revista *Addiction*, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT) e a *International Society of Addiction Journal Editors* (ISAJE).

A Conferência será um evento multidisciplinar, que procurará dar conta dos últimos desenvolvimentos do conhecimento científico em matéria de adições, cobrindo e abrangendo as temáticas das drogas ilícitas, do álcool, do tabaco, do jogo, bem como de outros comportamentos aditivos. A 1ª Conferência Europeia sobre

Comportamentos Aditivos e Dependências, contará com várias apresentações de *keynote speakers*, especialistas de topo da Europa e do resto do mundo e constituirá uma oportunidade para dar a conhecer as mais recentes descobertas científicas, estando prevista a realização de *workshops* multidisciplinares e diversos fóruns de discussão. Será igualmente uma oportunidade para o intercâmbio de experiências e boas práticas.

No âmbito da Ação Comum RARHA – *Joint Action on Reducing Alcohol Related Harm*, que irá durar até 31 de Dezembro de 2016, importa realçar que o SICAD assegura a coordenação de todos os parceiros envolvidos, bem como a coordenação dos *Work Package* Coordenação e Disseminação que integram a RARHA. Os resultados do trabalho desenvolvido pelos *Work Packages*, divididos em 3 áreas de trabalho horizontais e 3 verticais. As temáticas dos *Work Package* horizontais são: (a) Coordenação, (b) Disseminação (c) Avaliação.

Os *Work Package* verticais abordam questões como: (d) a necessidade de um melhor acesso aos dados comparáveis sobre padrões de consumo e efeitos nocivos de álcool, (e) linhas de orientação para a redução dos riscos e minimização dos danos associados ao uso nocivo de álcool, tendo em conta grupos alvo e contextos específicos, e (f) a elaboração de um *Tool Kit* de boas práticas.

Todo o trabalho conjunto levado a cabo pelos Estados Membros ao longo dos três anos da ação comum visa um intercâmbio de conhecimento, uma harmonização de conceitos e um melhor conhecimento das boas práticas existentes para uma Europa mais capacitada para apoiar os cidadãos, nos riscos relacionados com o uso nocivo do álcool favorecendo estilos de vida mais saudáveis.

Em 2015 é de referir que no âmbito do *Work Package* 5 se irá proceder ao planeamento, construção e aplicação nacional do principal questionário Delphi a realizar por este grupo de trabalho e no quadro do *Work Package* 6 será efetuada a recolha de boas práticas nos Estados Membros, tendo em vista a sua seleção para inclusão no *Tool Kit*.

8.4.3. DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional	Qualidade	I14.1.1. Contactos com os diversos Ministérios/Serviços com intervenção em matéria de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências, promovendo a adoção de uma posição nacional coordenada (nº de Ministérios / Serviços)	Realização	6 (2013) 6 (2014)	6	1	8	DRI	AO	-	MNE, AT, PJ, DGPJ, DGS, INFARMED	-	105	3.14
				I14.1.2. Participar em reuniões/eventos promovidos pelas presidências em exercício do Conselho da UE, em matéria de droga e toxicodependências (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	11 (2013) 14 (2014)	14	1	16	DRI	AO	Conselho da UE e Comissão Europeia	MNE	Concorre para o I14 do PE	108	
				I14.1.3. Participar em reuniões/eventos no quadro da UE, em matéria de política do álcool (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	5 (2013) 6 (2014)	5	1	7	DRI / Direção/ DPIC	AO	Comissão Europeia	DGS	Concorre para o I14 do PE	108	
				I14.1.4. Participar em reuniões/eventos no contexto das Nações Unidas, que abordam a temática das drogas (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	2 (2013) 5 (2014)	5	1	7	DRI / Direção	AO	UNODC	MNE, PJ, INFARMED, DGPJ	Concorre para o I14 do PE	109	
				I14.1.5. Participar em trabalhos da OMS relativos ao álcool (nº de participações nas reuniões / eventos)	Realização	1 (2013) 1 (2014)	1	0	1	DRI / Direção	AO	OMS	DMI, DPI, DGS	-	109	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional (continuação)	Qualidade	I14.1.8. Participar nas atividades da rede Med-NET do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações nas atividades)	Realização	-	6	1	8	DRI/Assessoria	AO/CE	Conselho da Europa	-	*	110	3.14
				I14.1.9. Participar nas reuniões de Correspondentes Permanentes do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações nas reuniões)	Realização	-	2	0	2	DRI	AO	Conselho da Europa	-	*	110	
				I14.1.10. Participar no Executive Training on Drug Policy do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações)	Realização	-	1	0	1	DRI	AO/CE	Conselho da Europa	-	*	110	
				I14.1.11. Participar Grupo de Peritos "Possible adverse effects and associated cost of drug control policies", do Grupo Pompidou do Conselho da Europa (nº de participações nas reuniões)	Realização	-	2	1	4	Assessoria	AO/CE	Conselho da Europa	-	*	110	
				I14.1.7. Assegurar a Presidência das reuniões da FESAT (nº de reuniões)	Realização	1 (2013) 2 (2014)	2	0	2	DPIC	AO/CE	-	-	-	-	
				I14.2. Dar resposta a todas as solicitações efetuadas no contexto das Nações Unidas (nº de solicitações / nº de respostas)	Realização	100% (2014)	100%	0%	100%	DRI	AO/CE	-	MNE/PJ DGPJ/ INFARMED	-	106	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional (continuação)	Qualidade	I14.3.1. Elaborar e divulgar o Relatório Nacional 2015 "Portugal: New Developments, Trends and in-depth information on selected issues (em meses)	Resultado	12 (2013) 11 (2014)	11	1	9	DRI/DPI/DMI/EMPECO/Assessoria	AO/CE	-	PJ, LPC, Universidades	Concor re para o I15 do PE	111	3.14
				I14.3.2. Preencher as tabelas estandarizadas (% de tabelas submetidas)	Resultado	100% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	DRI/DPI DMI/EMSI	AO/CE	-	PJ/LPC	Concor re para o I15 do PE	111	
				I14.3.3. Relatórios intermédio e final de execução financeira do Acordo de Subvenção REITOX (produção dos Relatórios)	Resultado	2 (2013) 2 (2014)	2	0	2	DRI/ DGR	AO/CE	-	-	Concor re para o I15 do PE	111	
				I14.3.4. Relatórios intermédio e final de implementação dos 5 indicadores-chave do OEDT (produção dos Relatórios)	Resultado	2 (2013) 2 (2014)	2	0	2	DRI/ DMI/ DPI	AO/CE	-	-	Concor re para os I15 e I34 do PE	111	
				I14.3.5. Participar nas reuniões de peritos dos indicadores-chave do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	5 (2014)	5	2	8	DPI / DMI/DRI	AO/CE	-	INML/INE/FCSH -UNL	Concor re para o I15 do PE	111	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

Plano de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional (continuação)	Qualidade	I14.3.6. Participar nas reuniões de responsáveis dos Pontos Focais Nacionais do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	4 (2014)	4	0	4	DRI	AO/CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.7. Participar nas reuniões do Conselho de Administração do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	3 (2014)	4	0	4	DRI / Direção	AO/CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.15. Participar nas "Technical REITOX meetings" (nº de participações nas reuniões)	Resultado	-	2	0	2	DRI	AO/CE	-	-	*	111	
				I14.3.8. Participar na reunião do Mecanismo de Alerta do OEDT (nº de participações nas reuniões)	Resultado	1 (2014)	2	1	4	DRI/DPIC	AO/CE	-	LPC	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.9. Participar na reunião da <i>European Legal Drugs Data Base - ELDD</i> (nº de reuniões)	Resultado	1 (2013) 1 (2014)	1	0	1	DRI	AO/CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.10. Divulgar os alertas no âmbito do Mecanismo Europeu de Alerta das novas substâncias psicoativas (% de pedidos divulgados num prazo não superior a 72h)	Resultado	100% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	DRI	AO/CE	-	ARS/PJ/LPC /INFARMED /INEM/ASA E/INML	Concorre para o I15 do PE	111	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3 OE9	3.1. a), b), c), g)	OOp14. Assegurar o cumprimento dos compromissos internacionais e a representação nacional em organizações multilaterais ou regionais e nas diversas instâncias da UE, bem como noutros fora de âmbito internacional (continuação)		I14.3.11. Elaborar os relatórios de progresso e final de implementação nacional da Decisão do Conselho 2005/387/JAI de 10 de Maio de 2005, relativa ao intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo de novas substâncias psicoativas (produção dos Relatórios)	Resultado	2 (2013) 2 (2014)	2	0	2	DRI	AO/ CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	3.14
				I14.3.12. Dar resposta a todos os pedidos formulados no âmbito do ELDD - <i>European Legal Database on Drugs</i> (nº de solicitações/ nº de respostas)	Resultado	100% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	DRI	AO/ CE	-	ASAE/ INFARMED/ PJ	Concorre para o I15 do PE	111	
				I14.3.13. Atualizar a base de dados EDDRA (atualizações por ano)	Realização	3 (2013) 3 (2014)	3	0	3	DPIC	AO/ CE	-	-	Concorre para o I15 do PE	111	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3	3.1. d), e), f), h)	OOp15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD	Qualidade	115.1.1. Elaboração e assinatura de um Memorando de Entendimento entre os Responsáveis Nacionais em matéria de droga e uso nocivo de álcool (em meses)	Realização	-	11	1	9	DRI	AO	-	-	*	113	3.14
				115.2.4. Promover a divulgação de iniciativas/boas práticas nacionais junto de outros países e fora internacionais (n.º de iniciativas/boas práticas)	Resultado	5 (2013) 5 (2014)	8	1	10	DRI/Direção/DPI	AO	Comissão Europeia	-	-	113	
				15.2.5. Organizar, acompanhar e apoiar as visitas de delegações estrangeiras, institucionais ou de outra natureza, que se desloquem a Portugal (nº de visitas)	Realização	12 (2013) 18 (2014)	15	2	18	DRI	AO	Comissão Europeia	ARSLVT/CDT Lisboa/PJ		116	
				15.2.6. Organizar a 1ª Conferência Europeia sobre Comportamentos Aditivos e Dependências (em meses)	Realização	-	9	0	9	DRI/Direção/DIC	AO	Comissão Europeia	OEDT/ Addiction/ ISAJE	*	117	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.4.3 DRI – Divisão de Relações Internacionais - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3	3.1. d), e), f), h)	OOp15. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD (continuação)	Qualidade	I15.2.7. Elaboração da avaliação financeira do Projeto ODHIN (nº relatórios)	Realização	-	1	0	1	DPIC	AO	-	-	*	-	3.14
				I15.2.8. Elaboração da avaliação financeira do Projeto BISTAIRS (nº de relatórios)	Realização	-	3	0	3	DPIC	AO	-	-	*	-	
				I 15.3.2. Assegurar a implementação do workpackage Coordenação (WP1) da Joint Action to support Member States in taking forward work on common priorities in line with the UE alcohol strategy - RARHA (nº de reuniões)	Resultado	5 (2014)	4	1	6	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia / Associated Partners	-	Concorre para o I18 do PE	115	
				I 15.3.3. Coordenar o workpackage Disseminação (WP2) (nº de reuniões)	Resultado	6 (2014)	4	1	6	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia / Associated Partners	-	Concorre para o I18 do PE	115	
				I 15.3.6.Participar nos workpackage (WP5 e WP6) (nº de reuniões)	Resultado	4 (2014)	4	1	6	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia / Associated Partners	-	Concorre para o I18 do PE	115	
				I15.3.7. Elaboração do Interim Report da RARHA (nº de relatórios) QUAR	Resultado	-	1	0	1	DPIC	AO/CE	Comissão Europeia/Associated Partners	-	*	115	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.5. Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional (EMPECO)

8.5.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional**, cabe o exercício das competências definidas nas alíneas a), b), c), d), g), h) e J) do artigo 2.º da Portaria do SICAD, designadamente:

- a) Elaborar e gerir o Plano Estratégico do SICAD no âmbito do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e dependências, assegurando a articulação e coordenação entre as diferentes domínios de intervenção;
- b) Estabelecer e dinamizar circuitos de articulação com vista ao planeamento, monitorização e coordenação das atividades, no domínio do consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- c) Estabelecer e dinamizar parcerias facilitadoras da implementação das atividades previstas no Plano Estratégico e nas políticas nacionais, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências;
- d) Promover a implementação da rede de referência entre cuidados primários, centros de respostas integradas e unidades de internamento ou unidades hospitalares, consoante a gravidade da dependência ou dos consumos de substâncias psicoativas;
- e) Acompanhar a implementação das linhas de orientação técnica e normativa produzidas e emanadas pelo SICAD, nos diversos domínios de intervenção;
- f) Desenvolver e dinamizar planos de formação, nas áreas definidas como prioritárias, assegurando a qualificação e melhoria contínua dos profissionais intervenientes, no domínio do consumo de substâncias psicoativas, dos comportamentos aditivos e dependências;
- g) Apoiar e coordenar as atividades desenvolvidas pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no âmbito da operacionalização da Lei n.º 30/2000, mediante a criação de instrumentos de planeamento, monitorização e avaliação;
- h) Implementar uma metodologia de intervenção baseada no conhecimento técnico-científico, que potencie as competências das equipas técnicas das CDT e harmonize práticas e procedimentos entre as CDT, contribuindo para uma efetiva dissuasão dos comportamentos aditivos e dependências;
- i) Gerir o registo central dos processos de contraordenação por consumo de drogas, ao abrigo da Portaria n.º 604/2001, de 12 de junho;

- j) Prestar apoio ao coordenador nacional para os problemas da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool, elaborar documentos de apoio à gestão, apoiar e participar na representação institucional e na coordenação de grupos de trabalho interinstitucional, em matéria de consumo de substâncias psicoativas, comportamentos aditivos e dependências.

8.5.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

Objetivo Operacional 19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2015

Em 2014, sob orientações da tutela, procedeu-se à reformulação do Plano Estratégico do SICAD (PE). Uma vez que o PE era muito recente, e por isso atual do ponto de vista do diagnóstico estratégico e das opções estratégicas, reformularam-se os pontos do Plano relacionados com o horizonte temporal então traçado - 2016, identificando metas para os indicadores que fazem sentido continuar para além de 2015. Foram igualmente considerados os conteúdos das cartas de missão dos cargos de diretor-geral e subdiretor-geral do SICAD, os quais já contemplavam alterações na apresentação das orientações estratégicas definidas, identificando e agrupando num mesmo vetor estratégico os indicadores que claramente concorrem para o Plano Nacional de Saúde (PNS). Uma vez que o Plano Estratégico do SICAD foi elaborado tendo como pano de fundo, também, o PNS, fez-se o exercício de criar um novo objetivo estratégico e desdobrar um objetivo estratégico já definido, salientando as opções que inequivocamente concorrem para o PNS.

Com este enquadramento, entramos no terceiro ano de execução do PE e assiste-se a uma maior maturidade na utilização deste instrumento plurianual, olhado como uma referência na capacidade congregada de estabilidade relativa das orientações estratégicas do SICAD. Importa, tal como o ano passado, dar continuidade à avaliação do grau de execução das iniciativas previstas em 2014, avaliar em que medida os objetivos preconizados estão a ser alcançados através da aferição do alcance das metas definidas e ainda introduzir os ajustamentos que se revelarem necessários. Deste processo resultará o segundo Relatório de Monitorização do PE 2013-2016. Ainda neste âmbito importa dar continuidade ao modelo de monitorização da execução do PE, processo iniciado em 2013, com os ajustamentos que se afigurarem fundamentais.

No que diz respeito ao planeamento, monitorização e avaliação anual do SICAD, através dos instrumentos de gestão, nomeadamente, Planos e Relatórios de Atividades e Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR – SIADAP 1, dar-se-á continuidade ao processo implementado e em vigor desde 2013. A produção destes

instrumentos, cujos alicerces emergem do PE, está facilitada no quadro do modelo de monitorização da execução dos Planos de Atividades implementado, que se tem revelado eficaz, tendo introduzido uma maior eficiência aos processos de elaboração dos mesmos. Pretende-se ainda continuar a desenvolver a componente da Autoavaliação do Serviço, através da introdução de informação adicional complementar ao QUAR, nomeadamente através da audição de dirigentes intermédios e demais colaboradores.

Objetivo Operacional 20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD

Em 2015 dar-se-á continuidade à disponibilização de oferta formativa, tendo em vista capacitar os profissionais dos serviços com respostas na área dos CAD para melhor intervir e atender às necessidades dos cidadãos com problemas e em sofrimento. Pretende-se assim, melhorar a informação, o conhecimento e assegurar o desenvolvimento de competências técnicas que permitam aumentar a qualificação e especialização dos profissionais, a qualidade das respostas e serviços disponíveis.

O SICAD enquanto organismo público especializado em comportamentos aditivos e dependências pretende constituir-se como referência em matéria formação, contribuindo para a disseminação do conhecimento e desenvolvimento de competências no domínio de uma adequada intervenção.

Por via dos diagnósticos de formação realizados foi possível apurar perfis dos potenciais destinatários da formação, funções e necessidades formativas, que fundamentam a atual orientação estratégica do SICAD na área da formação, ao nível da conceptualização e da dinamização da ação formativa.

Estamos neste momento em condições de produzir um Plano de Formação a dois anos, que corresponda às expectativas dos *stakeholders* do SICAD, públicos e privados e que confira ao SICAD o correspondente reconhecimento.

Os estágios académicos constituem-se igualmente como dimensões de formação que o SICAD valoriza e investe, e operacionalizam-se enquadrados por uma normalização de procedimentos subjacentes ao acolhimento de estágios no SICAD e nas CDT, o respetivo acompanhamento, certificação e avaliação, ao abrigo de protocolos com instituições de ensino.

Objetivo Operacional 21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT

Em 2015 pretende-se dar continuidade à harmonização de práticas e procedimentos nas CDT, através da produção, disseminação e avaliação das orientações produzidas, assegurando a equidade e a eficácia na resposta na esfera das necessidades biopsicossociais do cidadão com processo de contraordenação, numa perspetiva de promoção da saúde e de bem-estar social.

Pretende-se assim, avaliar o grau de implementação das linhas de orientação para a harmonização dos Procedimentos Jurídico-administrativos nas CDT, identificando eventuais matérias e aspetos que careçam de desenvolvimento ou atualização. Procura-se assim uma maior justiça e equidade na aplicação da Lei em território nacional, neste caso no que respeita a procedimentos jurídico administrativos, debate que pretendemos manter vivo e aberto.

As *Linhas de Orientação para a Intervenção em Dissuasão* (LOID), emanadas pelo SICAD em 2013 constituem um instrumento metodológico de suporte à intervenção das CDT, assente em modelos teóricos já existentes e com enfoque nas intervenções breves, no trabalho de diagnóstico, motivação e encaminhamento dos consumidores/dependentes de substâncias psicoativas. 2014 foi um ano de grande mobilidade neste domínio sendo de realçar os excelentes resultados alcançados no que respeita à adoção e incorporação das propostas nas práticas das CDT. Para 2015 prevê-se dar continuidade ao trabalho iniciado, focando-nos na melhoria contínua, na monitorização, acompanhamento e avaliação, com o intuito de consolidar uma identidade comum, garantindo uma abordagem equitativa e de qualidade na resposta ao indiciado.

A produção de material informativo sobre a legislação em vigor, as características e os efeitos das substâncias psicoativas e as dependências, a disponibilizar aos indiciados e *stakeholders*, constitui uma prioridade para 2015.

Mantém-se a aposta no reforço da articulação interinstitucional, através do estabelecimento de mecanismos e circuitos de articulação facilitadores do desenvolvimento de um trabalho integrado e convergente. Prevê-se, em consequência da melhoria desta articulação e à semelhança do ano anterior, um incremento do número de processos de indiciados não toxicodependentes e simultaneamente um maior investimento no encaminhamento para estruturas da comunidade, adequado às necessidades que apresentam, numa lógica de resposta integrada e de rentabilização de recursos da comunidade.

Em 2015 os indiciados não toxicodependentes vão continuar a constituir-se como um grupo alvo que merece uma atenção e abordagem diferenciada. A identificação

precoce de indiciados jovens não toxicodependentes com comportamentos que podem apontar para “risco moderado”, irão ser alvo de intervenções com uma maior intencionalidade dissuasora.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido desde 2013, pretende-se manter o sistema de monitorização do funcionamento e atividade das CDT, com a introdução de melhorias e ajustamentos, permitindo uma avaliação mais rigorosa e justa do trabalho desenvolvido.

Finalmente o novo sistema de Gestão e Informação Processual (SGIP) irá entrar em fase de produção, com a inerente capacitação dos profissionais. Esta nova base de dados constitui-se como uma mais-valia para o serviço a vários níveis: melhoria na qualidade do serviço prestado pelas CDT; maior eficácia e eficiência ao nível da recolha de dados, da análise e reporte da informação, indispensável à produção de conhecimento em matéria de Dissuasão.

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.5.3 EMPECO – Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS(O)
OE11 OE13 OE16	4. a); b); c); d); e)	OOp19. Coordenar e monitorizar a implementação do Plano Estratégico 2013-2015 (continuação)	Qualidade	I19.3.3. Avaliação do grau de satisfação dos profissionais relativamente ao desenvolvimento das atribuições do SICAD (n.º de avaliações desenvolvidas)	Resultado	1 (2013) 1 (2014)	1	0	1	EMPECO	AO	-	-	Concorre para o I53 do PE	-	1.3; 9.
OE4a e b) OE11	4.d); f)	OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD	Qualidade	I20.2.2 Emissão de pareceres técnico-pedagógicos/ pareceres solicitados em matéria de CAD (%)	Realização	100% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	EMPECO	AO	-	-	-	-	1.3; 1.5; 1.6; 3.8; 5.3; 8.
				I20.2.3. Aumento da oferta formativa (nº de cursos) (QUAR)	Resultado	3 (2013) 8 (2014)	6	3	10	EMPECO	AO	-	-	Concorre para o I22 do PE	94	
				I20.2.4. Dinamização de ações de formação para os stakeholders externos (nº)	Impacto	7 (2014)	3	2	6	EMPECO	AO	-	DPI/ ARS/ Universidades/ Entidades Empregadoras	Concorre para o I39 do PE **	95 97	
				I20.2.7. Plano de Formação 2015/2016 (nº de documentos)	Realização	-	1	0	2	EMPECO	AO	-	-	*	94	
				I20.3.2. Planificação e realização de ações de formação dirigidas a profissionais de saúde e segurança do trabalho e a outros agentes do meio laboral relativamente aos CAD (nº de sessões)	Realização	1 (2013) 14 (2014)	4	1	6	DPI/DMI	AO	-	EMPECO	**	95 97	
				I20.3.3. Consultoria para ações de formação no âmbito dos CAD organizadas por entidades empregadoras (N.º pedidos respondidos/N.º total de pedidos)	Realização	100% (2013) 100% (2014)	90%	5%	100%	DPI/DMI	AO	-	EMPECO	-		

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.5.3 EMPECO – Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS(O)
OE4a) e b) OE11	4.d); f)	OOp20. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD (continuação)	Qualidade	I20.3.4. Validação de ações de formação no âmbito dos CAD organizadas por entidades empregadoras (N.º pedidos respondidos/N.º total de pedidos)	Resultado	100% (2013) 100% (2014)	90%	5%	100%	DPI/DMI	AO	-	EMPECO	-	-	1.3; 1.5; 1.6; 3.8; 5.3; 8.
				I20.3.6. Realização de ações de formação a profissionais de entidades parceiras no âmbito do Programa Eu e os Outros (nº ações)	Realização	10 (2014)	5	3	9	DPIC/EMPECO	AO	-	-	**	96	
				I20.3.7. Estruturação e creditação da Formação de 2º nível do Programa Eu e os Outros (meses)	Realização	-	11	1	9	DPIC/EMPECO	AO	-	-	*	96	
				I20.4.2 Número de estágios acolhidos/ número de estágios solicitados (%)	Impacto	100% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	EMPECO	AO	-	-	-	98	
OE2 OE4a) e b) OE6 OE11	4. g), h) i), j)	OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT	Eficácia	I21.1.4. Avaliação e Harmonização dos Procedimentos Jurídico-administrativos implementados nas CDT (nº de documentos)	Resultado	-	1	0	2	EMPECO	AO	-	CDT	*	125	3.7; 3.8; 3.9; 5.3; 5.8.
				I121.2.1. Implementar o modelo da dissuasão, com orientação técnica produzida, nas CDT (nº de CDT) QUAR	Resultado	4 (2013) 16 (2014)	14	1	16	EMPECO/CDT	AO	-	-	**** Concorre para os I28 e I39 do PE	7 125	
				I121.2.3. Monitorização e avaliação da implementação das LOID (nº de relatórios disseminados)	Realização	-	1	0	2	EMPECO	AO	-	CDT	-	125	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

**** A meta para 2015 enquadrando-se na meta definida em PE, inferior ao valor histórico de 2014. O desempenho de 2014 superou amplamente o planeado, não estando nós seguros da capacidade de manter o resultado alcançado.

8.5.3 EMPECO – Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS(O)
OE2 OE4a) e b) OE6 OE11	4. g), h) i), j)	OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (continuação)	Eficácia	121.2.4. Orientar e supervisionar a intervenção em dissuasão com vista à harmonização das práticas (nº de reuniões de acompanhamento às CDT)	Realização	-	5	1	7	EMPECO	AO	-	CDT	*	125	3.7; 3.8; 3.9; 5.3; 5.8.
				1121.3.2. Grau de implementação das orientações e procedimentos disseminados junto das CDT (%)	Impacto	75% (2013) 100% (2014)	90%	5%	100%	EMPECO	AO	-	CDT	-	125	
				1121.3.3. Resposta aos pedidos de apoio e clarificação por parte das CDT (%)	Resultado	80% (2013) 100% (2014)	100%	0%	100%	EMPECO	AO	-	CDT	-	-	
				1121.3.4. Manutenção do Sistema de Monitorização Semestral do funcionamento e atividade das CDT (nº de relatórios de monitorização divulgados)	Realização	1 (2013) 2 (2014)	2	1	4	EMPECO	AO	-	CDT	-	-	
				121.3.5. Apoiar o planeamento e desempenho das atividades das CDT, tendo em vista a melhoria das intervenções e a harmonização de procedimentos (nº de reuniões gerais com as CDT)	Realização	2 (2014)	2	1	4	EMPECO	AO	-	CDT	*	125	
				121.3.6. Elaboração de materiais informativos (nº de produtos)	Realização	-	2	1	4	EMPECO	AO	-	CDT	*	8	
				1121.4.1. Monitorização Semestral de um conjunto de indicadores chave do SIGP (relatórios disseminados)	Realização	-	2	1	4	EMPECO	AO	-	CDT	Concorre para o I29 do PE	79	
				1121.4.2. Apoiar a utilização da nova base de dados (nº de reuniões realizadas com este propósito)	Realização	22 (2014)	10	5	16	EMPECO	AO	-	CDT	**	79	
				121.4.3. Eliminar os processos de contraordenação, ao abrigo da Lei; (processos eliminados/processos em condições de serem eliminados)	Resultado	100% (2013) 100% (2014)	100%	0	100%	EMPECO	AO	-	CDT	-	-	

8.5.3 EMPECO – Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional - Ficha de Atividades 2015 (continuação)

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS(O)
OE2 OE4a) e b) OE6 OE11	4. g), h) i), j)	OOp21. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (continuação)	Eficácia	I21.5.1. Estabelecimento de protocolos e acordos que contribuam para a agilização e melhoria da qualidade das intervenções em matéria de Dissuasão; (nº de protocolos ou acordos celebrados)	Impacto	3 (2013) 145 (2014)	5	1	7	EMPECO/CDT	AO	-	-	-	9 11	
				I21.5.2. Indiciados não toxicodependentes (nº processos)	Resultado	5785 (2013) 5417 (2014)	5000	500	5501	EMPECO/CDT	AO	-	-	Concorre para o I8 do PE	10	
				I21.5.3. Indiciados não toxicodependentes encaminhados para respostas no âmbito da implementação do Modelo (%)	Resultado	38,5% (2013) 62% (2014)	40%	5%	50%	EMPECO/CDT	AO	-	-	Concorre para o I21 do PE	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.6. Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação (EMSI)

8.6.1. Atribuições da Unidade Orgânica

À **Equipa Multidisciplinar de para os Sistemas de Informação**, cabe o exercício das competências definidas no Despacho n. 328/2014 de 8 de janeiro, designadamente:

- a) O desenvolvimento das ações necessárias à implementação do Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP);
- b) A identificação e definição das necessidades de manutenção corretiva e evolutiva do Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), do Sistema Integrado de Programas de Apoio Financeiro em Saúde (SIPAFS) e do Sistema de Gestão de Informação Processual (SGIP);
- c) A gestão e funcionamento do serviço de Helpdesk;
- d) A elaboração e disponibilização de relatórios semestrais ou anuais de acordo com as necessidades do Serviço;
- e) A gestão e a manutenção do parque informático e do Data -Center afeto à atividade do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD);
- f) A colaboração na elaboração dos planos e relatórios de atividades, coligindo e sistematizando os elementos relativos à respetiva atividade;
- g) O exercício das demais ações que lhe sejam atribuídas

8.6.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

Objetivo Operacional 18. Planear e gerir os recursos informáticos

Será assegurada a gestão das infraestruturas tecnológicas, designadamente: as redes, computadores pessoais, multifuncionais, servidores e armazenamento, assim como o correto funcionamento dos sistemas de informação em exploração, do VOIP e o apoio à evolução do SIM e o SGIP.

8.6.3 Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 OE 14	3.2. k);l);m);n)	OOp18. Planear e gerir os recursos informáticos	Eficiência	I18.1. Administrar e manter os sistemas de informação de utilização interna, as aplicações documentais, recursos humanos, financeira e outras, com um downtime inferior a 48 horas (horas)	Realização	48 (2013) 9 (2014)	48	17	25	EMSI	AO	-	-	**		3.9; 4.
				I18.1.1. Criação de uma de uma solução de virtualização de servidores em alta disponibilidade (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	-	*		
				I18.1.2. Implementação de uma nova solução de FaxServer (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	-	*		
				I18.1.3. Instalação do 2º Nó do CallManager e do Cubo nas instalações dos SPMS no Norte (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	SPMS	*		
				I18.1.4. Implementação de uma solução de backups para tapes para aumentar o tempo de retenção da informação (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	-	*		
				I18.1.5. Migração da Active Directory para 2012 (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	-	*		

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.6.3 Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 OE 14	3.2. k);l);m);n)	OOp18. Planear e gerir os recursos informáticos (continuação)	Eficiência	I18.1.6. Reestruturação do FileServer com a aplicação do Enterprise Vault sobre o mesmo (em meses)	Realização	-	11	1	9	EMSI	AO	-	-	*		3.9; 4.
				I18.1.7. Instalação do windows 8.1 e office 2010 nos computadores do SICAD (Avenida da República) (% de computadores)	Realização	-	70%	5%	76%	EMSI	AO	-	-	*		
				I18.1.8. Implementação da proposta de adaptação do SIM e transição entre sistemas informáticos para a monitorização da área da reinserção (Nº de documentos)	Realização	-	1	0	2	EMSI	AO	-	-	*		
				I18.1.9. Manutenção e adaptação do Sistema de Informação Multidisciplinar (Nº de entradas em produção com alterações)	Realização	-	1	0	2	EMSI	AO	-	-	*		
				I18.2. Implementação de um serviço de extração e disponibilização de dados do Sistema de Informação Multidisciplinar (n.º)	Realização	1 (2013)	1	0	1	EMSI	AO	SPMS	ARS	Concorre para o I11 do PE		
				I18.2.1. Extração de dados do Sistema Informação Multidisciplinar (Equipa do SIM, Relatório Nacional, OEDT, ONU)	Realização	3 (2014)	2	1	4	EMSI	AO	-	-	** Concorre para o I11 do PE		
				I18.3. Manutenção evolutiva do parque informático (Nº Computadores substituídos)	Realização	8 (2013) 10 (2014)	7	2	10	EMSI	AO	-	-	-		

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.6.3 Equipa Multidisciplinar para os Sistemas de Informação - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2015	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE 8 OE 14	3.2. k);l);m);n)	OOp18. Planear e gerir os recursos informáticos (continuação)	Eficiência	I18.4. Implementação do Sistema de Gestão Processual para as Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (nº meses)	Realização	1 (2013)	4	1	2'ffadfadrffadfdrf	EMSI	AO	-	EMPECO			3.9; 4.
				I18.6. Análise de soluções Open Source para substituição dos softwares Proprietários existentes no Serviço (Relatório)	Realização	2 (2014)	2	1	3	EMSI	AO	-	-			

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

8.7. Assessorias

8.7.1. Atribuições

De entre as atribuições do SICAD, a alínea a) do n.º 1 do art.º 2º determina a de *“apoiar o membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação”*.

Sendo o Diretor-Geral do SICAD, por inerência, o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, compete à Assessoria do Coordenador Nacional apoiar o Coordenador Nacional e Diretor-Geral no desempenho das funções que lhe estão atribuídas pelos artigos 7º a 10º do Decreto-Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 40/2010, de 28 de Abril, designadamente no que respeita ao dispositivo da coordenação interministerial, bem como pela alínea a) do n.º 2 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de Janeiro.

Essas funções incluem a presidência da Comissão Técnica do Conselho Interministerial para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação e a coordenação das Subcomissões, dispositivo integrado, respetivamente, pelos representantes dos Ministros representados no Conselho Interministerial, e pelos organismos com competência na área da droga, das toxicodependências e do uso nocivo do álcool.

Junto do SICAD funciona ainda o Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, integrado por representantes de órgãos de soberania e por representantes da sociedade civil, cuja presidência, atribuída ao Primeiro-Ministro, com competência delegada no membro do Governo responsável pela coordenação das políticas relacionadas com a droga, as toxicodependências e o uso nocivo do álcool, é geralmente assegurada pelo Coordenador Nacional.

Todo o relacionamento com os representantes destes órgãos colegiais é assegurado pelo SICAD.

Uma vez que o *“membro do Governo responsável pela área da saúde na definição da estratégia nacional e das políticas de redução do consumo de substâncias psicoativas, de prevenção dos comportamentos aditivos e da diminuição das dependências e sua avaliação”* exerce funções supletivas *“em tudo o que não esteja especialmente cometido ao Conselho Interministerial”* o SICAD tem especiais responsabilidades no desempenho de indicações expressas pela Tutela relacionadas

como a conceção, execução e na coordenação interministerial da política nacional em matéria de Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool.

8.7.2. Síntese das Atividades a desenvolver no âmbito de cada Objetivo Operacional

Objetivo Operacional 22. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2016

No âmbito deste objetivo em 2015 destacam-se as seguintes ações a desenvolver no que concerne à:

- Monitorização e acompanhamento da execução dos planos:
 - Subcomissão Acompanhamento e Avaliação;
 - Reformulação do formato e composição das Subcomissões, otimizando a sua eficácia;
 - Inscrição nos Planos de Atividade das entidades competentes das ações concretas que concorrem para o cumprimento do compromisso assumido em sede do Plano de Ação, com uma referência explícita para as respetivas ações do Plano;
 - Identificação das verbas oriundas do OE atribuídas às entidades competentes para as atividades relacionadas com o PNRCAD e respetivos Planos de Ação;
- Avaliação preliminar do Plano de Ação para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2016:
 - Elaboração de Relatório Preliminar sobre a execução do PACAD nos anos de 2013 e 2014
- Promoção da articulação interministerial:
 - Alargamento da Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool ao Jogo, aos Medicamentos e Anabolizantes.
- Promoção da articulação da sociedade civil, por via do Conselho Nacional:
 - Alargamento da Estrutura de Coordenação para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool ao Jogo, aos Medicamentos e Anabolizantes.

8.7.3. Assessorias - Ficha de Atividades 2015

OE (O)	Atribuições da Unidade Orgânica (O)	Objetivo Operacional (O)	Parâmetro do Objetivo Operacional (O)	Indicadores PA 2015	Tipo de Indicador (O)	Valores Prévios (QA)	Meta 2015 (O)	Tolerância (QA)	Valor Crítico (O)	Responsáveis pela execução (O)	Atividade constante no Orçamento (O)	Eventuais dependências (QA)	Entidades colaboradoras (F)	Observações	Contributo para as Ações do Plano de Ação 2013-2016	Contributo para as orientações estratégicas do MS (O)
OE3	Art.º 9º e 16º do DL n.º 1/2003, de 6 de Janeiro, com a redação dada pelo DL n.º 40/2010, de 28 de Abril	OOp22. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2016	Eficácia	I22.2.2. Acompanhamento do Plano de Ação 2013-2016 através da Subcomissão Acompanhamento e Avaliação (n.º de reuniões)	Realização	2 (2014)	3	0	4	ACN	AO	Comissão Técnica e Subcomissões	Membros da CT, PJ e ASAE		132	3.8.
				I22.2.3. Elaboração de relatório da execução preliminar do Plano de Ação 2013-2016 nos anos de 2013 e 2014 (em meses) QUAR	Realização	-	12	0	11	ACN	AO	Subcomissão Acompanhamento e Avaliação	Membros das Subcomissões	*	133	
				I23.3.2. Serviços/Organismos com assento nos órgãos da estrutura de coordenação que inscrevem nos planos dos serviços que representam iniciativas do Plano de Ação (% de serviços)	Resultado	16% (2014)	5%	1%	7%	ACN	AO	Entidades competentes no âmbito das ações previstas em sede do PA 2013-2016 representadas na Comissão Técnica, Subcomissões e Conselho Nacional	Entidades competentes no âmbito das ações previstas em sede do PA 2013-2016 representadas na Comissão Técnica, Subcomissões e Conselho Nacional	Mantem-se a meta de 2014, uma vez que o PA 2013-2016 só foi publicado em 29/12/2014 pelo que a meta de 2014 foi calculada por amostragem indireta	127	
				I24.4.1. Realização do Conselho Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool (em meses)	Resultado	6 (2013) 11 (2014)	10	1	8	ACN	AO	-	-	-	-	

Legenda: (O) Obrigatório; (QA) Quando Aplicável; (F) Facultativo; AO – Atividade Orçamentada; * Indicador Novo; **Considerando as necessidades e prioridades para 2015, a meta é inferior ao valor histórico de 2014. *** O indicador não é novo mas a unidade de medida é diferente de 2014, com vista a um aumento de eficiência dos processos.

9. QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização 2015

Os objetivos estratégicos definidos no PE 2013-2016 são transversais aos Planos anuais, tendo a Direção do SICAD optado por destacar em QUAR aqueles que se revestem de maior pertinência e acuidade para 2015.



ANO: 2015
Ministério da Saúde
SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
O SICAD tem como missão promover a redução do consumo de substâncias psicoativas, a prevenção dos comportamentos aditivos, a diminuição das dependências.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
DESIGNAÇÃO
OE 1. Fomentar a partilha e a transmissão da informação e do conhecimento
OE 2. Potenciar a cooperação e convergência dos Stakeholders
OE 2a. Garantir a articulação e cooperação entre os stakeholders estratégicos no âmbito da saúde
OE 3. Apoiar a Estrutura de Coordenação Nacional e assegurar as relações internacionais
OE 4 a. Promover a qualidade e a eficácia das intervenções
OE 4b. Promover a eficiência das intervenções
OE 5. Implementar a rede de referência/articulação
OE 6. Promover a harmonização das intervenções
OE 7. Promover a implementação de medidas e intervenções para os problemas (re)emergentes
OE 8. Otimizar os recursos e reforçar a sustentabilidade financeira
OE 9. Garantir a qualidade dos dados e a eficiência do processamento e interpretação da informação
OE 10. Desenvolver linhas de investigação prioritárias
OE 11. Estabelecer circuitos e procedimentos de articulação e comunicação
OE 12. Emanar normas, orientações e outros instrumentos de intervenção
OE 13. Promover o planeamento, monitorização e avaliação das medidas e intervenções
OE 14. Formar recursos humanos
OE 15. Melhorar as competências de comunicação e de articulação
OE 16. Alinhar colaboradores para a visão do SICAD

OBJECTIVOS OPERACIONAIS																			
EFICÁCIA											35,0								
1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) (OOp.1 em PA) (OE2a, OE4a, OE4b, OE12) R											Peso:	26,0							
INDICADORES						2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso					
1.1.	Desenvolvimento das Linhas Orientadoras para a Intervenção em RRMD no âmbito dos CAD, em articulação com SH estratégicos (peritos, nomeadamente de Instituições promotoras de projetos e de investigação nesta área específica) (em meses)					-	-	-	11	12	11	1	9	100%					
2. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD (OOp3. em PA) (OE2a, OE4a, OE4b, OE5) R											Peso:	26,0							
INDICADORES						2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso					
2.1.	Produção de instrumento de recolha de informação para monitorizar a implementação da Rede de Referência/Articulação (n.º)					-	-	-	-	-	1	0	1	100%					
3. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras Intervenções (OOp4. Em PA) (OE2a, OE4a, OE4b)											Peso:	24,0							
INDICADORES						2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso					
3.1.	Projetos financiados e acompanhados ao abrigo do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI) (nº)					-	-	-	36	77	73	10	84	100%					
4. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD (OOp.20 em PA) (OE4a, OE4b)											Peso:	24,0							
INDICADORES						2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso					
4.1.	Aumento da oferta formativa (nº de cursos)					-	-	-	3	6	8	3	12	100%					
EFICIÊNCIA											10,0								
5. Criar e implementar uma estratégia de comunicação (OOp.12 em PA) (OE2, OE15) R											Peso:	100,0							
INDICADORES											2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso
5.1.	Avaliação da Implementação do Plano de Comunicação Integrada: comunicação interna e comunicação externa (n.º)					-	-	-	-	-	1	0	2	100%					

QUALIDADE														55,0
6. Desenvolvimento de projetos em novas linhas de investigação (OOp.8 em PA) (OE1, OE7) R													Peso:	17,0
INDICADORES					2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	
6.1.	Recolha de dados no âmbito do inquérito nacional sobre comportamentos aditivos e dependências em jovens em Centros Educativos (em meses)				-	-	-	-	-	12	0	11	100%	
7. Divulgação e disponibilização de informação (OOp.11 em PA) (OE1) R													Peso:	17,0
INDICADORES					2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	
7.1.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2014 (em meses)				-	-	-	12	11	11	0	10	50%	
7.2.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool – 2014 (em meses)				-	-	-	-	12	12	0	11	50%	
8. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais (OOp7. em PA) (OE 10)													Peso:	15,0
INDICADORES					2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	
8.1.	Recolha de dados no âmbito do estudo epidemiológico ESPAD/ECATD (em meses)				-	5	-	-	-	4	1	2	100%	
9. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD (OOp.15 em PA) (OE3) R													Peso:	16,0
INDICADORES					2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	
9.1.	Elaboração do Interim Report da RARHA (nº de relatórios)				-	-	-	-	-	1	0	1	100%	
10. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos (OOp.16 em PA) (OE14)													Peso:	12,0
INDICADORES					2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	
10.1.	Taxa de participação de trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%)				-	68%	88%	100%	86%	75%	10%	86%	100%	
11. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (OOp.21 em PA) (OE4a, OE4b)													Peso:	12,0
INDICADORES					2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	
11.1.	Implementar o modelo da dissuasão, com orientação técnica produzida, nas CDT (nº de CDT)				-	-	-	5	16	14	1	16	100%	
12. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2016 (OOp22. em PA)(OE 3)													Peso:	11,0
INDICADORES					2010	2011	2012	2013	2014	Meta 2015	Tolerância	Valor crítico	Peso	
12.1.	Elaboração de relatório da execução preliminar do Plano de Ação 2013-2016 nos anos de 2013 e 2014 (em meses)				-	-	-	-	-	12	0	11	100%	

TAXA DE REALIZAÇÃO DOS OBJECTIVOS		
		PLANEADO %
EFICÁCIA		35,0
1. Definir as linhas de orientação técnicas e normativas para a intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) (OOp.1 em PA) (OE2a, OE4a, OE4b, OE12) R		26
2. Promover a criação de uma rede de recursos de saúde, numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade, com vista à definição das respostas prestadas ao nível dos CAD (OOp3. em PA) (OE2a, OE4a, OE4b, OE5) R		26
3. Implementação de respostas integradas, no âmbito do PORI e de outras Intervenções (OOp4. Em PA) (OE2a, OE4a, OE4b)		24
4. Desenvolver competências nos profissionais intervenientes na área dos CAD (OOp.20 em PA) (OE4a, OE4b)		24
EFICIÊNCIA		10,0
5. Criar e implementar uma estratégia de comunicação (OOp.12 em PA) (OE2, OE15) R		100
QUALIDADE		55,0
6. Desenvolvimento de projetos em novas linhas de investigação (OOp.8 em PA) (OE1, OE7) R		17
7. Divulgação e disponibilização de informação (OOp.11 em PA) (OE1) R		17
8. Desenvolvimento de projetos em linhas de investigação tradicionais (OOp7. em PA) (OE 10)		15
9. Promover relações de cooperação, de natureza bilateral ou multilateral, no âmbito das atribuições do SICAD (OOp.15 em PA) (OE3) R		16
10. Planear, gerir e qualificar os recursos humanos (OOp.16 em PA) (OE14)		12
11. Coordenar e apoiar o funcionamento das CDT (OOp.21 em PA) (OE4a, OE4b)		12
12. Assegurar a elaboração, o acompanhamento e avaliação interna do Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências 2013-2020 e do Plano de Ação 2013-2016 (OOp22. em PA) (OE 3)		11
TAXA DE REALIZAÇÃO GLOBAL		100

RECURSOS HUMANOS - 2014				
DESIGNAÇÃO		EFETIVOS €	PONTUAÇÃO	PLANEADOS
Dirigentes - Direção Superior		2	20	40
Dirigentes - Direção Intermédia (1ª e 2ª) e Chefes de Equipa		10	16	160
Técnicos Superiores (inclui Especialistas de Informática)		78	12	936
Coordenadores Técnicos (inclui Chefes de Secção)		2	10	20
Técnicos de Informática		6	10	60
Assistentes Técnicos		40	8	320
Assistentes Operacionais		2	5	10
Outros:				
Médicos		1	12	12
Enfermeiros		3	12	36
Membros das CDT		31	16	496
Encarregados Pessoal Auxiliar - carreira subsistente		1	5	5
TOTAL DE EFETIVOS A EXERCER FUNÇÕES	31-12-2015	176		2090

Efetivos no Organismo (IDT+SICAD)	31-12-2008	31-12-2009	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2013	31-12-2014
N.º de efetivos a exercer funções	1810	1821	1760	1608	IDT – 1540* SICAD - 216	181	171

* Até 31.12.2012 não tinha sido declarada a extinção do IDT,IP, tendo a organização continuado a funcionar com os Serviços Centrais e Delegações Regionais até à declaração de extinção ocorrida com efeitos a 31 de Dezembro de 2012, publicada em Diário da República em 7 de Janeiro de 2013 (Despacho n.º 251/2013).

RECURSOS FINANCEIROS - 2015 (Euros)		
DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	ORÇAMENTO CORRIGIDO**
Orçamento de Funcionamento	16.325.933,00€	15.680.247,00 €
Despesas com Pessoal	5.395.482,00€	5.395.482,00 €
Aquisições de Bens e Serviços Correntes	4.505.321,00€	3.859.635,00 €
Outras Despesas Correntes e de Capital	87.630,00€	87.630,00 €
Transferências Correntes-Projetos	6.337.500,00€	6.337.500,00 €
PIDDAC	0,00€	0,00 €
Outros valores	0,00€	0,00€
Reserva	413.467,00€	0,00€
TOTAL (OF+PIDDAC+Outros)	16.739.400,00€	15.680.247,00 €

** Após cativos e reserva, de acordo com Lei do Orçamento 2015.

INDICADORES		FONTES DE VERIFICAÇÃO
1.1.	Desenvolvimento das Linhas Orientadoras para a Intervenção em RRMD no âmbito dos CAD, em articulação com SH estratégicos (peritos, nomeadamente de Instituições promotoras de projetos e de investigação nesta área específica) (em meses)	Documento produzido
2.1.	Produção de instrumento de recolha de informação para monitorizar a implementação da Rede de Referência/Articulação (n.º)	Documento produzido
3.1.	Projetos financiados e acompanhados ao abrigo do Programa Operacional de Respostas Integradas (PORI) (nº)	Contratos com as entidades
4.1.	Aumento da oferta formativa (nº de cursos)	Site do SICAD
5.1.	Avaliação da Implementação do Plano de Comunicação Integrada: comunicação interna e comunicação externa (n.º)	Documento produzido
6.1.	Recolha de dados no âmbito do inquérito nacional sobre comportamentos aditivos e dependências em jovens em Centros Educativos (em meses)	Documentos produzidos
7.1.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Drogas e Toxicodependências – 2014 (em meses)	Relatório produzido
7.2.	Conclusão do Relatório Anual sobre a Situação do País em matéria de Álcool – 2014 (em meses)	Relatório produzido
8.1.	Recolha de dados no âmbito do estudo epidemiológico ESPAD/ECAID (em meses)	Documento produzido
9.1.	Elaboração do Interim Report da RARHA (nº de relatórios)	Relatório produzido
10.1.	Taxa de participação dos trabalhadores que frequentaram pelo menos uma ação de formação (%)	Balanço Social
11.1.	Implementar o modelo da dissuasão, com orientação técnica produzida, nas CDT (nº de CDT)	Documento de avaliação do grau de implementação
12.1.	Elaboração de relatório da execução preliminar do Plano de Ação 2013-2016 nos anos de 2013 e 2014	Relatório produzido

10. Mecanismos de Coordenação e Monitorização do Plano de Atividades

A par do Plano de Atividades e conforme previsto no âmbito do SIADAP 1, realizar-se-á:

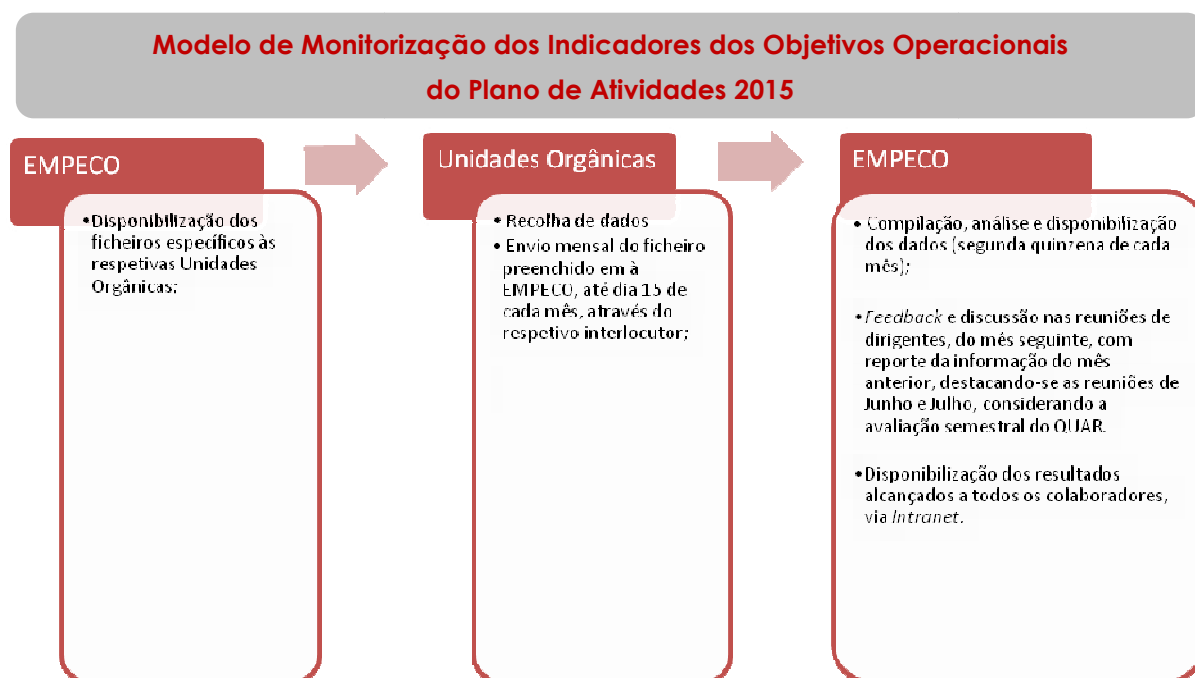
- A monitorização semestral do QUAR, que permitirá acompanhar o grau de concretização dos objetivos estratégicos. Para tal, foram construídos, em 2013, instrumentos ajustáveis que permitem a recolha e tratamento da informação necessária, realizadas reuniões de acompanhamento e elaborado um relatório onde conste a análise dos resultados, dos desvios, e caso se justifique, a identificação de alterações a introduzir.
- A apresentação do Relatório Anual de Atividades, onde o grau de concretização das ações previstas e o nível de alcance dos objetivos definidos serão apresentados, com as respetivas descrições e fundamentações para eventuais desvios ou enfoque em dimensões consideradas como relevantes.

Para assegurar uma execução eficaz e uma gestão adequada da implementação da Estratégia, em 2013 foi definido e implementado o Modelo de monitorização do Plano Estratégico e do Planos de Atividades dos respetivos anos. A implementação deste modelo de monitorização pretende facilitar a:

- Avaliação regular do grau de execução dos planos, Estratégico e anual de atividades, mediante sistematização e análise da informação disponibilizada por cada Unidade Orgânica;
- Identificação de inconformidades na execução e introdução de alterações e/ou correções necessárias, atempadamente, assegurando a coerência interna ao nível do planeamento;
- Melhoria da eficiência da recolha de dados para a elaboração dos relatórios de atividades anuais e do QUAR (semestral e anual) e do Plano Estratégico;
- A produção de pontos de situação com informação atualizada sobre o desenvolvimento das medidas e atividades do SICAD, grau de cumprimento dos objetivos, por via da análise da execução dos indicadores, e *feedback* às unidades orgânicas e direção.

Na continuidade do trabalho efetuado em 2013 e 2014, para 2015 serão atualizados os instrumentos de recolha de dados, mantidos os circuitos de articulação entre as

Unidades Orgânicas, através dos respectivos interlocutores e dar-se-á continuidade ao tratamento e difusão interna da informação. Na figura abaixo apresentada é possível visualizar este Modelo:



Através desta monitorização regular e da análise sistemática dos desempenhos realizados, com o desenvolvimento de reuniões com os intervenientes-chave, é possível acompanhar os resultados obtidos, bem como adaptar e adequar atempada as atividades previstas a situações não antecipadas.

Este mecanismo de monitorização encontra-se acessível aos dirigentes e a todos os profissionais na *intranet* do serviço "Monitorização" e a todo o momento é possível conhecer o grau de concretização e o desempenho dos planos de atividades e Plano Estratégico.

A par do desenvolvimento do sistema interno de monitorização, continuará a ser assegurada uma estreita articulação com os *stakeholders* externos, cuja participação tem repercussões na ação do SICAD, isto é, quando prevista em PA, sendo essa informação também naturalmente utilizada no âmbito da monitorização.

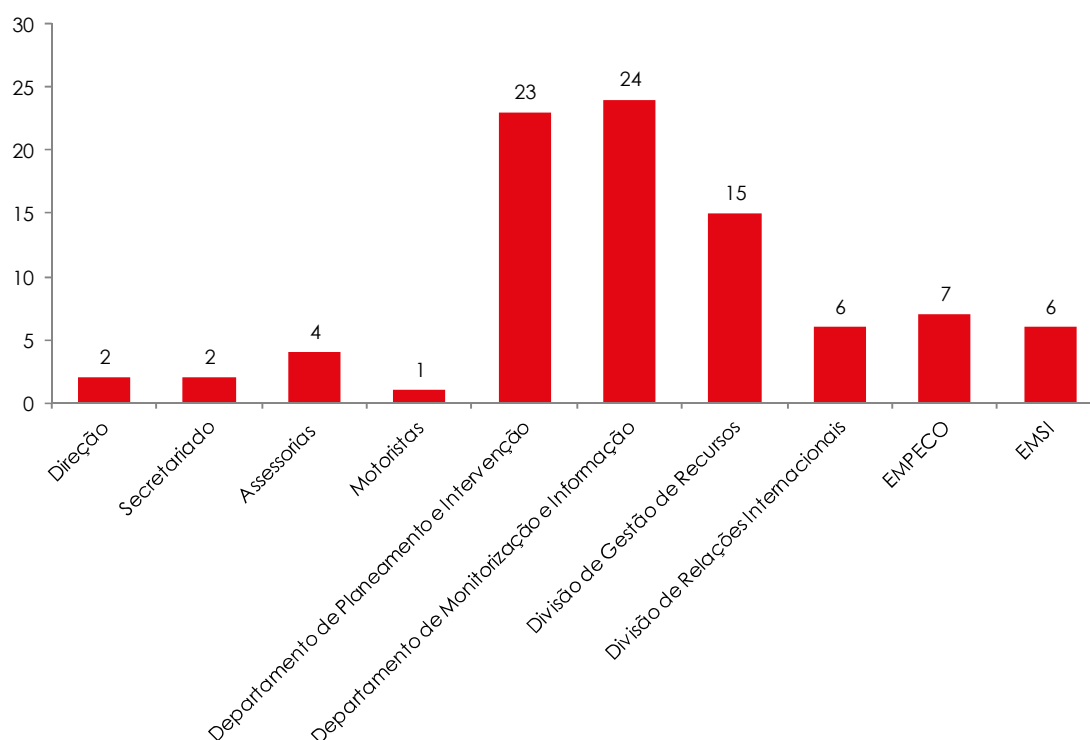
11. Recursos Humanos e Financeiros

11.1. Recursos Humanos

O SICAD tem o mapa de pessoal aprovado pela tutela com 118 postos de trabalho, dos quais 105 correspondentes a trabalhadores, 10 a dirigentes e 3 a chefes de equipas multidisciplinares.

Não obstante, o SICAD prevê contar com 90 profissionais para desenvolver as suas atribuições, dos quais 78 correspondem a trabalhadores, 10 a dirigentes e 2 a chefes de equipa multidisciplinar.

Gráfico 1 - Caracterização dos Efetivos do SICAD por Unidade Orgânica (n=90)



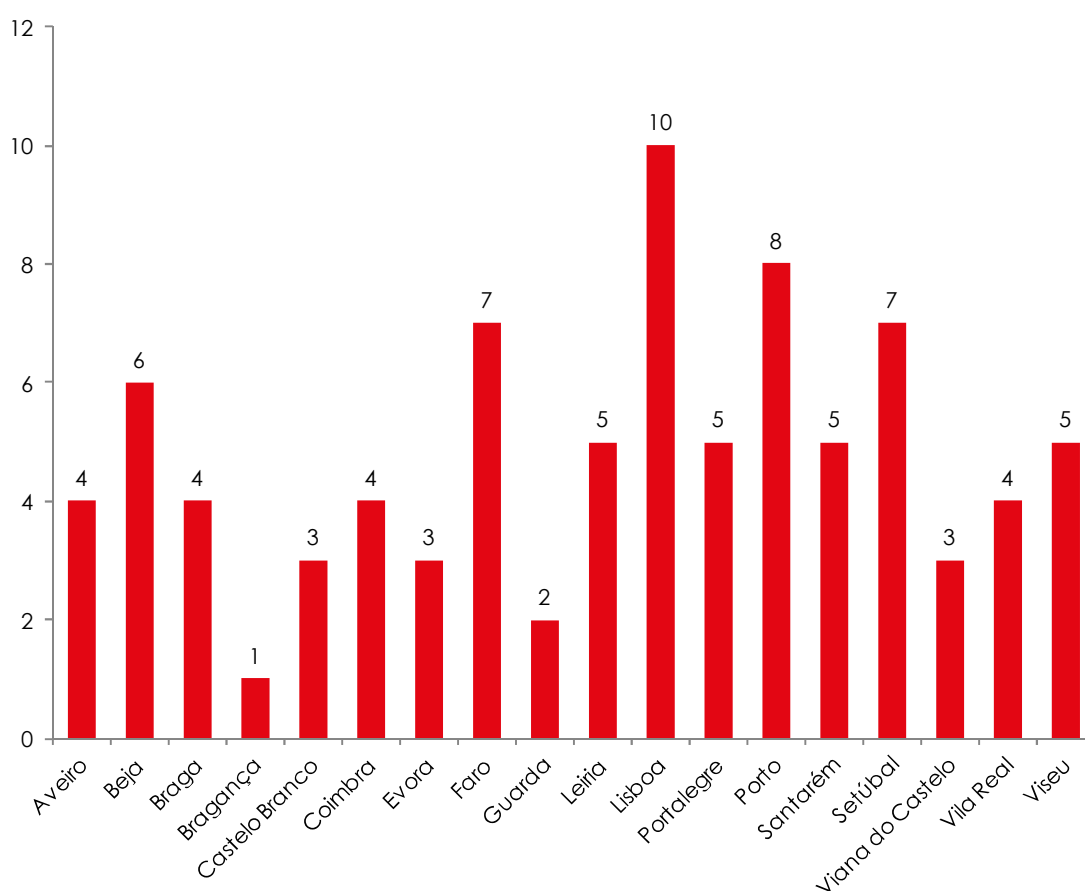
Cumprе salientar, ainda, que nos termos da alínea I) do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 17/2012, de 26 de Janeiro, o SICAD é responsável por garantir o funcionamento das CDT (tal como determina o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 130-A/2001, de 23 de Abril, inicialmente em relação ao Instituto Português da Droga e da

Toxicod dependência, ao qual se sucedeu o Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I.P).

O mapa de pessoal aprovado para aquelas Comissões contempla 115 postos de trabalho, correspondentes a 61 trabalhadores e 54 membros das Comissões (Presidente e Vogais nomeados pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde).

Não obstante, na presente data, as CDT contam apenas com 86 profissionais para desenvolver as suas atribuições, correspondendo 55 a trabalhadores e 31a membros das CDT.

Gráfico 2 - Caracterização dos Efetivos por CDT (n=86)



Pela análise dos recursos humanos previstos como necessários nos mapas de pessoal do SICAD e das CDT no âmbito das suas atribuições, constata-se que a ocupação atual dos postos de trabalho fica aquém, em cerca de 57 profissionais, do necessário, naturalmente por questões que se prendem com o orçamento disponível, conjugado com um esforço de redução de despesa na conjuntura económico-financeira vigente.

11.2. Orçamento

A concretização do presente Plano de Atividades pressupõe a afetação e disponibilização de adequados recursos financeiros.

11.2.1 Receita

Na tabela 1 apresenta-se o orçamento para 2015 enviada à Tutela e DGO.

O orçamento inicial era de € 16.739.400 o qual incluía uma reserva de 2,5%. Após as cativações nas rubricas de aquisição de bens e serviços o orçamento corrigido ficou no montante de € 15.680.247, sendo que 51% deste valor é componente de OE, 40% de receitas próprias provenientes dos Jogos Sociais, 8% relativo a valores de tribunais sob a forma de recompensas, objetos, direitos ou vantagem, conforme previsto na alínea a) do nº1 do artigo 39º do Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de Janeiro e ainda os valores de coimas, nos termos da alínea b) do nº3 do artigo 16º da Lei nº30/2000, de 29 de Novembro, alterada pelo Decreto-Lei nº 114/2011, de 30 de Novembro e 1% relativo a projetos comunitários.

Tabela 1 – Receitas 2015

	Inicial	Corrigido	
FF- 111 - ORÇAMENTO ESTADO	8.628.150 €	7.967.796 €	51%
FF - 123 - RECEITAS PRÓPRIAS - TRIBUNAIS	1.410.500 €	1.174.201 €	7%
FF - 129 - RECEITAS PRÓPRIAS JOGOS SOCIAIS	6.500.000 €	6.337.500 €	40%
SUBTOTAL (1)	16.538.650 €	15.479.497 €	99%
FF - 280 - FUNDOS COMUNITÁRIOS - OUTROS	200.750 €	200.750 €	1%
SUBTOTAL (2)	200.750 €	200.750 €	1%
TOTAL (3)=(1)+(2)	16.739.400 €	15.680.247 €	100%

11.2.2 Despesa

Para o ano 2015 os encargos com pessoal ascendem ao montante de € 5.395.482, para financiamento de projetos PORI o valor de € 6.337.500, para outras despesas correntes e de capital. o valor de € 87.630 e para as aquisições de bens e serviços a importância de €3.859.635, estando incluído nesta rubrica o valor para a aquisição de metadona, transformação e distribuição nas ARS, bem como € 270.750 relativo a projetos comunitários (*Projeto DPIP (Drug prevention and education among young people through social networking; Projeto ERANID (European Research Area Network on Illicit Drugs; ALICE RAP Addiction and Lifestyles in Contemporary Europe - Reframing Addictions Project; Projeto Joint Action – RARHA* e € 87.630 para outras despesas correntes e de capital.

Tabela 2 – Despesa 2014

	Inicial	Corrigido	
ENCARGOS C/ PESSOAL	5.395.482 €	5.395.482 €	34%
ENCARGOS C/ AQUISIÇÃO BENS E SERVIÇOS	4.505.321 €	3.859.635 €	25%
Outras Despesas Correntes e de Capital	87.630 €	87.630 €	1%
PROJETOS (a)	6.337.500 €	6.337.500 €	40%
Reserva	413.467 €	- €	0%
TOTAL	16.739.400 €	15.680.247 €	100%

(a) Projetos no âmbito do Decreto-Lei N.º 186/2006, de 12 Setembro, do Decreto-Lei n.º 183/2001, 21 de Junho, da Portaria n.º 27/2013, de 24/1 e da Portaria nº258/2013, de 13 de Agosto

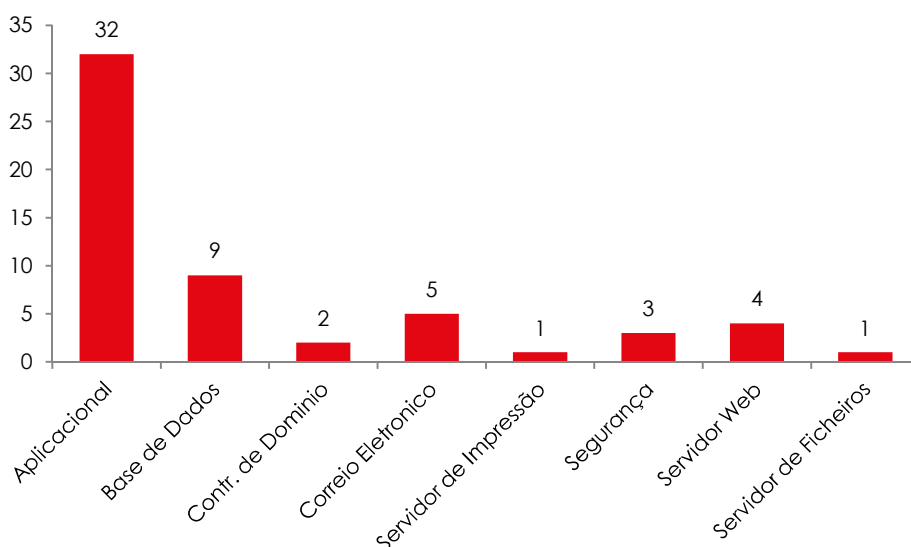
11.3. Recursos Tecnológicos

Nos últimos anos, o investimento na área de informática e sistemas de informação tem contribuído para dotar o Serviço de ferramentas mais adequadas nas diversas áreas de atuação, desde a gestão, registo e monitorização das atividades e intervenções, com especial incidência no acompanhamento dos Utentes.

A infraestrutura de servidores, no ano de 2015, manter-se-á sendo constituída por 57 máquinas, abaixo agregados por função, sendo 37 servidores físicos e 20 virtuais.

Contudo, já iniciamos um processo de otimização dos recursos de *hardware* com a virtualização de servidores e de *software* atualizando as versões das demais ferramentas utilizadas no SICAD.

Gráfico 3 – Servidores por Função (físicos e virtuais)



Além da infraestrutura de servidores o parque de informática também agrega 195 computadores 105 no SICAD, que incluem 15 portáteis, e 90 nas CDT.

A EMSI suporta também a rede VOIP do ex-IDT, aproximadamente 1400 extensões que estão associadas às equipas de tratamento, comunidades terapêuticas, unidades desabilitação, unidades de alcoologia e CRI.

12. Siglas e Abreviaturas

ACN	Assessoria do Coordenador Nacional
ACSS	Administração Central do Sistema de Saúde
ALICE RAP	Addictions in Contemporary Europe: Reframing Addictions Project
ACT	Autoridade para as Condições de Trabalho
ANO	Atividade Não Orçamentada
AO	Atividade Orçamentada
AP	Administração Pública
APESP	Associação Portuguesa das Empresas do Sector Privado de Emprego
ARS	Administração Regional de Saúde
ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
ASFPF	Atividade Sujeita a Processo de Financiamento Próprio
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
CAN	Council for Information on Alcohol and Other Drugs
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CD	Centro de Dia
CDT	Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência
CE	Comissão Europeia
CES (FCSH/UNL)	Centro de Estudos Sociais da Universidade Nova de Lisboa
CGTP-IN	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, Intersindical
CICAD	Comissão Interamericana para o Controlo do Abuso de Drogas
CIG	Comissão para a Igualdade do Género
CIP	Confederação da Indústria Portuguesa
CNAPA	Comité de Política Nacional e Ação sobre Álcool
CND	Comissão de Estupefacientes
CNJ	Comissão Nacional da Juventude
CNPCJR	Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
COPOLAD	Programa de Cooperação entre América Latina e a União Europeia em matéria de Políticas sobre Drogas
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRI	Centro de Respostas Integradas
CT	Comunidade Terapêutica
DEI	Divisão de Estatística e Investigação
DG	Diretor-geral
DGE	Direção-geral da Educação
DGPJ	Direção-geral da Polícia Judiciária
DGR	Divisão de Gestão de Recursos
DGS	Direção-geral da Saúde
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DIC	Divisão de Informação e Comunicação
DIT	Divisão de Intervenção e Terapêutica
DMI	Direção de Serviços de Monitorização e Informação
DPI	Direção de Serviços de Planeamento e Intervenção

DPIC	Divisão de Prevenção e Intervenção Comunitária
DR	Delegação Regional
DRI	Divisão de Relações Internacionais
ECATD/ESPAD	Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco e Drogas /European School Survey on Alcohol and other Drugs
EDDRA	Exchange on Drug Demand Reduction Action
ELDD	European Legal Database on Drugs
EMPECO	Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e Coordenação Operacional
ERANID	European Research Area Network on Illicit Drugs
FCT	Fundação de Ciência e Tecnologia
FC-UL	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
FESAT	Fundação Europeia dos Serviços telefónicos na área da Droga (European Foundation of Drug Helplines)
FF-UP	Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto
FML	Faculdade de Medicina de Lisboa
FP-UCP	Faculdade de Psicologia da Universidade Católica do Porto
GeADAP	Gestão Integrada da Avaliação de Desempenho da Administração Pública
GHD	Grupo Horizontal Drogas
GNR	Guarda Nacional Republicana
GP	Grupo Pompidou
IDPC	International Drug Policy Consortium
IDT,IP	Instituto da Droga e da Toxicodependência, IP
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGAS	Inspeção Geral das Atividades em Saúde
INFARMED	Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, Instituto Público
INME	Inquérito Nacional em Meio Escolar
INPG	Inquérito Nacional à População Geral
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude, Instituto Público
ISS	Instituto da Segurança Social
LPC	Laboratório de Polícia Científica
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
Med-NET	Mediterranean network for cooperation on drugs and addictions
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	Ministério da Saúde
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento na Europa
OE	Objetivo Estratégico
OEDT	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Objetivo Operacional
OPJ	Observatório Permanente da Juventude
OPS	Organização Pan Americana da Saúde / OMS
PA	Plano de Ação
PAC	Plano Anual de Compras
PIEC	Programa para a Inclusão e Cidadania
PJ	Polícia Judiciária
PLA	Problemas Ligados ao Álcool
PNCDDT	Plano de Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências

PNRPLA	Plano Nacional para a Redução dos Problemas Ligados ao Álcool
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
PROALV	Programa Aprendizagem ao Longo Vida
PSOBLE	Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência
PSP	Polícia de Segurança Pública
PTAO	Programa de Tratamento farmacológico com Agonistas Opiáceos
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RARHA	Joint Action on Reducing Alcohol Related Harm
REITOX	Rede Europeia de Informação sobre Droga e Toxicodependência
RIOD	Rede Iberoamericana de Organizações Não Governamentais que trabalham em Toxicodependência
RRMD	Redução de Riscos e Minimização de Danos
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SGPVE	Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado
SICAD	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
SIIE	Sistema de Informação de Imóveis do Estado
SIM	Sistema de Informação Multidisciplinar
SIOE	Sistema de Informação da Organização do Estado
SIPAFS	Sistema de Informação de Projetos com Apoio Financeiro no âmbito do Ministério da Saúde
SPA	Substâncias Psicoativas
SPMT	Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho
TFP	Trabalhador em Funções Públicas
UNGASS	Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Drogas
UD	Unidade de Desabilitação
UE	União Europeia
UGT	União Geral de Trabalhadores
UNCT	Unidade Nacional Contra-Terrorismo
UNODC	United Nations Office on Drugs and Crime